



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

27^a Reunião da Comissão Tripartite Nacional - CTN

Realizada em
Brasília/DF.
26 de Novembro de 2024.

(Transcrição ipso verbo)
Empresa RDK Degrações e Eventos

1 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Bom dia a todos e
2 a todas. Vamos começar a 27ª reunião da Comissão Tripartite Nacional, hoje presidida
3 pela ANAMMA. Sem mais nada, queria agradecer ao Bianco, à Marcela, à Mônica, todas
4 as presenças de todos e de todas, à nossa querida Mauren, nessa abertura, fazer um
5 agradecimento especial à pessoa que me votou aqui na área ambiental, que é o doutor
6 Alder Flores. O Alder é presidente da ANAMMA de Alagoas e criou, na época, o Instituto
7 de Meio Ambiente do Estado de Alagoas. E nós temos o prazer de tê-lo como presidente
8 da ANAMMA de Alagoas, a Fernanda Torres, Welison da Paraíba e o Antônio Marcos. A
9 ANAMMA completa toda essa ação da tripartite do SISNAMA e nós ficamos muito felizes
10 de poder hoje estar aqui presidindo. E vou passar a palavra para o Capo, depois retorno
11 com a minha continuidade.

12 **Sr. Joao Paulo Capobianco (Secretário Executivo do MMA)** – Obrigado, Marçal. Bom
13 dia a todos. Boa reunião, que nós tenhamos uma pauta bastante relevante, começando
14 aqui com a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente. Isso é viável, o Instituto participa,
15 o Instituto do Estado, como sempre, nós nos envolvermos, já estamos envolvidos, vamos
16 atualizar as informações. Temos um tema muito importante para nós, nosso aprendizado
17 com o ICMBio, que trata a compensação ambiental. Muito importante, nós fazemos uma
18 linha grande entre o governo federal, estadual e municipal. E para acertar e discutir a
19 questão da destinação de valores entre os entes federativos, acho que isso é algo muito
20 importante, nós temos que continuarmos para a dinâmica, para dinamizar toda a
21 compensação ambiental. Segundo o Marcelo [ininteligível] do IBAMA, ICMBio, Ministério,
22 no fundo do dinamismo e destinação de recursos vitais para apoiar a Unidade de
23 Conservação, o Sistema Nacional da Unidade de Conservação. Lembrando depois do
24 PLANAVEG, que é uma questão importantíssima, [ininteligível] renovado, reafirmado, e
25 que também depende fundamentalmente de uma ação integrada entre os três níveis de
26 governo, e é fundamental para que o Brasil cumpra esse assunto junto à Convenção de
27 Mudança do Clima, sua nova MDC, Restauração Florestal, absolutamente fundamental,
28 isso é um tema muito importante. Temos ainda o Programa Nacional de Maneiro Florestal
29 Comunitário e Familiar, e a questão dos Índices de Cidades Sustentáveis, que é um
30 estudo contratado pelo Ministério do Ambiente, através da diretoria do Banco Mundial,
31 que também vai ser apresentado hoje. Então, temos aí, tempo e capacidade para vencê-
32 la, temos informes, informes já na pauta. Só isso, Marçal, é um prazer estar aqui,

33 estarmos reunidos, dando dinamismo, apostando na Convenção Tripartite como um
34 espaço fundamental para uma ação integrada, que seja uma ação suficiente para
35 enfrentar os enormes desafios da pauta ambiental do país. Fico muito feliz que esteja me
36 dividindo com a Ana B. Amaral. [Ininteligível] Então, vamos ver o seu dinamismo agora.

37 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Bem, pessoal. Vou
38 colocar em votação a aprovação da data da 26ª Reunião da Comissão Tripartite, a ata
39 anterior. Quem faz a contribuição? Tem alguma coisa lá? Tem alguém que tem alguma
40 coisa? E, mais nada, nós temos quórum, não é, Marçal? Para começar, efetivamente, a
41 reunião. Dado a aprovação da data da 26ª reunião anterior, vou agora começar a passar
42 a palavra para nós tratarmos da 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente. É um
43 trabalho efetivamente desenvolvido pelo Ministério, com uma parceria incrível com a
44 Mauren, com a ABEMA, que tem nos dados todo o apoio nos estados e os municípios,
45 efetivamente, nos estados, tem conduzido essa pauta conjuntamente com as secretarias
46 municipais. Eu vou passar a palavra a Larissa para que ela dê alguns esclarecimentos
47 de como está andando a 5ª Conferência. A palavra é com você, Larissa.

48 **Sra. Larissa de Oliveira (GM Assessora Especial - MMA)** – Eu gostaria de agradecer
49 pelo convite de estar aqui. Tem parceiros e parceiras que são fundamentais para que
50 essa conferência aconteça. Toda certeza que não fosse essa parceria desde o princípio
51 tão forte com a ANAMMA, a ABEMA e com o IBAMA e o ICMBio, com a presença de
52 vocês em todos os estados, a gente não teria conseguido o tempo que tínhamos e ainda
53 interrompidos pelo calendário eleitoral, avançar o tanto que nós avançamos desde maio
54 até agora, quando começamos realmente, efetivamente, a inaugurar esse processo nos
55 municípios, nos estados, a inaugurar o processo de conferência a partir da Constituição
56 da Comissão Organizadora Nacional. Então, nós avançamos bastante e gostaria de
57 compartilhar com vocês como estamos agora que vemos a alteração, a prorrogação de
58 calendário recente que é vocês, sei que você já sabe, mas para dizer como ficou e
59 também mostrar um pouco o panorama de como estamos e quais são os desafios que
60 ainda temos e gostaria de contar com vocês para que a gente consiga até o final do ano
61 superar esses desafios e o ano que vem fazer uma conferência maravilhosa, sei que vai
62 ser. Os eixos, vocês já sabem, nosso tema de emergência climática e desafio de
63 transformação ecológica e os eixos temáticos que já estão sendo tratados nas

64 Conferências Municipais e conferências Municipais e Livres que já estão acontecendo.
65 São esses aí, mitigação, adaptação e preparação para o desastre, transformação
66 ecológica, governança e educação ambiental. Aí está a realidade do programa das
67 etapas preparatórias já atualizadas, com a alteração que foi feita. Essa alteração foi
68 realizada há duas semanas. Ano passado, na verdade, por conta de uma demanda que
69 já estava fazendo a Comissão Organizadora Nacional e começaram também a ser
70 reforçadas a partir dos estados e municípios para que alguns estados que tiveram mais
71 dificuldade de estruturar o processo durante o período eleitoral, nesse diálogo com os
72 municípios, só conseguiram mesmo a partir do dia 7 de outubro, dependendo da situação,
73 pedir para que a gente considerasse a possibilidade de pelo menos as datas para a
74 realização das Municipais e intermunicipais serem prorrogadas, de forma que a gente
75 pudesse incluir o maior número de municípios na conferência. E assim nós fizemos uma
76 recomendação e, considerando todos os argumentos que tinham sido colocados e
77 algumas propostas já feitas, conseguimos então fazer essa prorrogação. Foi a segunda
78 prorrogação do prazo das Municipais e intermunicipais. Ele tinha sido feito de 5 de julho
79 a 15 de dezembro e agora a gente fez de 15 de dezembro para 26 de janeiro como o
80 último dia para a realização das Conferências Municipais e intermunicipais e livres. Então,
81 fomos de 15 de dezembro para 26 de janeiro, essa data final de realização da etapa das
82 livres e das Municipais e intermunicipais. No caso das Municipais e intermunicipais, a
83 convocação precisa ser feita em um mês antes, então até 26 de dezembro e, no caso
84 das Conferências livres, 10 dias antes é a data de convocação. Então, no caso, vão até
85 26 de janeiro e podem ser convocadas anunciadas até 16 de janeiro de 2025. Então, com
86 isso, a gente acredita que terá ainda maior de município e isso já é uma questão muito
87 boa, muito intensa. Mas, agora, explicando ainda mais com esse anúncio da divulgação.
88 Não temos ainda a portaria publicada, ela está em publicação interna, mas já temos
89 divulgado a decisão da Coordenação de Direitos Humanos e Livres que a gente prevê. E
90 essa é uma definição da coordenação, já conseguimos fazer a alteração e a divulgação.
91 Pode passar, Paula. Bom, os documentos, vocês já têm conhecimento, estão todos
92 disponibilizados na plataforma Brasil Participativo a partir do gov.br/mma e todos os
93 tutoriais, manuais, passo a passo, documento base, portaria e tal. Pode passar, por favor.
94 Aqui eu apenas o... a distribuição das delegadas e delegados por Estado, a partir do
95 critério populacional, agrupado pôr Estado, dá para abrir faixas de população. Pode

96 passar. E agora todos estamos. A gente fez aqui, para trazer para vocês atualização até
97 hoje de manhã, em relação à convocação das conferências estaduais, temos a região
98 Norte com apenas o Acre convocou, mas tem já notícia de hoje de manhã que o
99 governador de Roraima já assinou a portaria de convocação que está indo para a
100 publicação. Temos o Estado do Pará completamente organizado, então também há a
101 portaria já em fase de finalização e o Estado já com a organização de sete conferências
102 regionais. Então, o Pará, embora não tenha publicado ainda a portaria de convocação da
103 estadual, já tem o processo em curso com algumas conferências municipais já realizadas
104 e várias outras previstas e convocadas. No caso do Tocantins, temos também já alguns
105 municípios, inclusive, a capital, com conferências convocadas e em processo também de
106 elaboração da portaria de convocação. Amazonas, alguns municípios, cerca de dez
107 municípios já realizaram a conferência e outros dez estão com conferência marcada e
108 convocada e não temos ainda a convocação do Estado do Amazonas. Então, precisamos
109 dessa informação por parte do Estado. Rondônia também temos o desafio de ter poucas
110 informações, dois municípios só convocaram, inclusive, a capital. E é isso. No caso do
111 Norte, então, apesar de só o Acre ter convocado, temos Tocantins, Amazonas, e Pará e
112 Roraima no estado já de quase convocação e organização do processo. Os demais a
113 gente tem pouca informação e alguma dificuldade de saber como que vai se dar o
114 processo ainda, principalmente Amapá e Rondônia. No caso do Nordeste, está mais
115 tranquilo, tivemos alguns desafios, mas já avançou bem. Praticamente todos os estados
116 já convocaram, o Maranhão não convocou, mas está todo o processo estruturado já
117 acontecendo, está todo organizado em conferências intermunicipais, que eles estão
118 chamando de regionais. Serão sete regiões do Maranhão todos, com data marcada, já
119 estão acontecendo, na verdade, vai finalizar ainda este ano. E eles estão só finalizando
120 detalhezinhas do regulamento para publicar a portaria de convocação da estadual, mas
121 já está com a data prevista. E Pernambuco também a portaria já está com a governadora
122 para assinatura e o processo está andando. Foram um pouco para engatar, mas agora
123 já está também engatado e já está funcionando bem. Estamos conversando quase todos
124 os dias em centro de ensino. Então, o Nordeste, praticamente todo o período de curso.
125 E, por aquele caso da área, eles já estavam com o processo de conferência previsto
126 antes da gente. Então, eles fizeram no primeiro semestre, no calendário, no primeiro
127 calendário que a gente tinha previsto, eles também já estavam organizando e realizaram

128 o estadual dia 5 de julho. Tinham previsto realizar no dia do meio ambiente, assim
129 fizeram, porque a convocação já foi realizada. E é isso aí. Deixa só eu passar para o
130 resto das regiões que eu vou desafiar, porque esse é um desafio nosso, é o desafio do
131 mundo. Centro-Oeste, temos os estados todos com conferência convocada, Sudeste só
132 o Espírito Santo ainda não convocou, mas tem, mas está andando, temos diálogo, está
133 acompanhando de perto o processo. É como aquele estado, o estado do Maranhão, que
134 o processo está sendo organizado, mas ainda não publicou a estadual. E o Rio Grande...
135 e o Sul também já está com os três estados com conferência convocada. Já em processo.
136 Em relação à plataforma, o que é a plataforma? A plataforma é a Plataforma Brasil
137 Participativo, que é a que nós estamos usando como nossa referência, nosso repositório,
138 tanto dos documentos, tantos formulários, como também dos formulários para cadastro
139 das propostas que foram priorizadas nas conferências, e também dos delegados e
140 delegadas que serão tirados. Em cada conferência, eles precisam ser disponibilizados ali
141 na Plataforma Brasil Participativo. O que está acontecendo? A maior parte dos municípios
142 e também os estados que já convocaram estão publicando suas convocações no diário
143 oficial, tudo certo, mas não estão cadastrando na Plataforma Brasil Participativo ainda,
144 então nós temos um problema mais de comunicação e de efetivação do processo do que
145 de alguma resistência. Tivemos algumas dificuldades para que as pessoas
146 compreendessem como é que fazia, porque a plataforma não é tão efetiva, e em alguns
147 momentos também tivemos algum problema mesmo de estabilidade da plataforma. Mas
148 estamos resolvendo, fizemos um tutorial recentemente, publicamos o tutorial, e estamos
149 nesse movimento e a ajuda de vocês para informar os estados e os municípios que
150 precisam cadastrar na plataforma. É uma etapa importante do processo de conferência,
151 porque é a partir dela que a gente vai ter esse controle. Logo depois, pode passar mais
152 um, por favor. Com esses números aí, a gente vê claramente a dificuldade. A gente tem
153 510 registros na plataforma, em conferência seja pelos índices municipais,
154 intermunicipais, estaduais ou atividades não gerenciadas, e pelo nosso monitoramento
155 direto nas redes, em contato com os estados e municípios, que a gente recebe por e-
156 mail, a gente já tem esse número de 996 só de municípios mobilizados. 343 conferências
157 municipais e 84 intermunicipais, envolvendo ao todo 653 municípios nas intermunicipais.
158 Então, é muito mais... Só está cadastrado a metade, temos que fazer realmente esse
159 mutirão aí, esse mantra nosso agora vai ser cadastro na plataforma, cadastro na

160 plataforma. Então, a gente pede para vocês nos ajudarem nesse reforço da importância
161 de cadastrar, porque aí a gente vai ter realmente as informações mais certas, vai
162 conseguir ter uma dimensão real do que está sendo e ao final do que foi todo esse
163 processo de conferência e da riqueza que ele nos traz. Acho que era isso de atualização.
164 A apresentação vai ser disponibilizada para que vocês tenham acesso.

165 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Obrigado, Larissa,
166 apresentação esclarecedora e nos deu um informe geral do que nós estamos passando
167 na conferência. Realmente teve muitas dificuldades que nós passamos no começo, mas
168 como aprendemos a passar a palavra a Mauren, nós vemos um avanço, uma avançada
169 muito grande com os Estados. Acabei de passar uma mensagem para o governador Casa
170 Grande, pedindo a ele que especificasse o processo do Espírito Santo para a quinta
171 conferência. Mauren, com a palavra a você.

172 **Sra. Mauren Lazzaretti (Presidente da ABEMA- Secretaria de Meio Ambiente de**
173 **Mato Grosso -Sema)** – Bom dia a todos. Uma grande alegria estar aqui na reunião da
174 Tripartite, pelos, vamos dizer, presencialmente, mas acho que talvez seja a última reunião
175 do ano. É um ano bastante profícuo para todos nós, comentava um pouquinho aqui antes,
176 no início da reunião com a Marcela, e eu me sinto cansada, porque acho que nós
177 trabalhamos muito, e quando nós avaliamos os resultados, nós temos a certeza de que
178 produzimos o melhor resultado que estava ao nosso alcance, com alguns até além
179 daqueles que nós esperávamos. Nós tínhamos um ano dramático, no caso do Mato
180 Grosso, em muitos estados brasileiros, previsões que eram muito ruins, e acho que em
181 razão do esforço e do trabalho conjunto das instituições que estão aqui, nós produzimos
182 um resultado muito melhor do que estava sendo previsto na nossa expectativa. Então,
183 isso nos traz a certeza de missão cumprida. Não é diferente em relação às conferências,
184 como bem disse a Larissa e o Marçal, nós tínhamos um desafio enorme de trabalharmos
185 de forma cooperada, nos apoiando, principalmente a ABEMA e a ANAMMA, para
186 conseguirmos organizar as conferências, os estados apoiando os municípios em muitas
187 realidades pela dificuldade, num ano eleitoral. Então, isso foi bastante difícil. Assim como
188 Larissa fez no âmbito da ABEMA, nós fizemos, estamos fazendo um acompanhamento
189 da evolução dos estados, então atualizamos, talvez com um pouquinho mais de detalhe,
190 acho que a gente vai se complementar, Larissa, nas falas e nós fizemos isso, inclusive,

191 porque na quinta-feira nós teremos a reunião ordinária da ABEMA em Campo Grande e
192 lá nós também vamos apresentar essas informações, inclusive, como um alerta para o
193 dirigente do estado, do que está faltando e eu vou fazer a mesma coisa em relação à sua
194 apresentação, porque ela está compilada, Larissa, e agora vou incluir na fala o tutorial e
195 esse alerta para que seja feita a inserção das informações na plataforma. Então, eu vou
196 muito rapidamente aqui passar a apresentação, só para detalhar as conferências nos
197 estados, então aqui a gente acrescentou um pouquinho mais de detalhe nas informações,
198 a quantidade de conferências municipais em cada um dos estados, começando pelo
199 Acre, Alagoas, o Amapá, o Amapá ainda vamos tratar das datas na conferência estadual,
200 mas estão sendo realizadas as municipais, a Amazônia já tem data, mas está faltando a
201 convocação, então eles estão preparando todos os atos, eles fizeram um detalhado sobre
202 isso e aí, Mônica, nós também vamos apresentar por meio de ofício, ainda hoje, um
203 detalhado com um pouco mais de informação a respeito de cada estado, está bem? A
204 Bahia também com a conferência marcada, o Ceará, as datas já marcadas agora, o
205 Distrito Federal teve um problema com o local e vai ter que alterar a data, o Espírito Santo
206 já tem a data marcada, mas está no ato formal de fazer a publicação e já existem várias
207 conferências regionais sendo realizadas, Goiás está já com a conferência convocada,
208 mas está em processo das municipais de elaboração de regimento interno, Maranhão
209 está para março, faltando ainda a definição da data, Mato Grosso nós já estamos com
210 todos os atos publicados, local realizado, reservado, as conferências já acontecendo,
211 estão todas elas previstas, tanto as intermunicipais quanto as municipais, Mato Grosso
212 do Sul também para a primeira semana de março e os municípios organizados, aqui é só
213 um resumo, porque no detalhamento a gente vai colocar todos esses informes, o Pará
214 nos informou que será dia 12 e 13 de março, a gente acredita que está faltando realmente
215 a formalização e a publicação, a Paraíba também para o mesmo dia, Paraná, quase todos
216 eles para primeira ou segunda semana de março e as conferências municipais já também
217 com o novo calendário sendo estabelecido, Pernambuco, talvez seja o estado que ainda
218 não conseguiu nos passar uma informação mais atualizada, Piauí já aconteceu, o Rio de
219 Janeiro ainda está com a data e o local, pelo menos para nós, ainda serem definidos, Rio
220 Grande do Norte já publicado, Rio Grande do Sul com a data, com a conferência
221 convocada e com uma dificuldade talvez um pouco maior em relação aos municípios,
222 mas que está sendo superada também. Rondônia, ainda também estamos com problema

223 nas informações, acho que é o estado que nós vamos reiterar na reunião de quinta-feira
224 para informar vocês, pedido de que eles nos atualizem, Roraima já com data marcada,
225 São Paulo está na fase de convocação, mas estão com a organização já preparada,
226 Santa Catarina já marcada também, Sergipe também para segunda quinzena de março
227 e Tocantins já tem a data, mas nós vamos conversar com eles por conta do calendário.
228 Então, Tocantins, Rondônia, Pernambuco são estados que nós vamos procurar apoiar
229 um pouquinho mais... e o Amapá, ótimo, Larissa. Magna já anota, porque aí na nossa
230 reunião ordinária a gente reforça com eles em relação a esses estados, acho que eram
231 essas as minhas contribuições e só reiterar que na nossa reunião de quinta-feira, se
232 houver mais alguma necessidade, Larissa, vamos aproveitar esse momento que vão
233 estar todos os estados reunidos e nós fazemos um reforço para a comunidade.

234 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Obrigado, Mauren.
235 Importante foi a participação no caso específico de Alagoas com a Secretaria, nós já
236 convocamos 42 municípios, já vamos fazer até o dia 15 de dezembro já toda essa ação,
237 sem usar o calendário da prorrogação, a prorrogação veio, porque tiveram também
238 muitos problemas e muitos prefeitos que perderam a eleição e o que ganhou, não querem
239 fazer, hoje lá no Rio Grande do Sul, nesse instante, Caxias do Sul está fazendo, o nosso
240 Mário Mantovani está lá, estando a coordenar a quinta conferência lá em Caxias, os
241 municípios efetivamente estão participando e nós estamos assim, buscando de novo, a
242 convergência, o que é, onde é que nos unem? Muitos que estão lá, vermelho e azul, nós
243 temos montado e dando pessoalmente a ANAMMA em conjunto para que a gente possa
244 minorar e tentar avançar, porque é de suma importância nós todos lembramos que em
245 2013 saiu a lei de resíduos sólidos da quarta conferência, é um exemplo que o Brasil
246 pode dar e também lá que saiu a lei de resíduos sólidos, então nós ficamos muito felizes
247 de poder, nesse instante, parabenizar o Ministério, saber do esforço hercúleo que vocês
248 têm feito, nossos agradecimentos a vocês, porque não é brincadeira, país com a
249 dimensão do Brasil, transversal como é, nós temos conseguido fazer em um momento
250 tão difícil, essa transição com tantos problemas climáticos no mundo, com tantos projetos
251 que o Ministério está tocando, nós estamos aqui embaixo com a Biodiversidade, estamos
252 amanhã com o comipio, estamos, é assim, a vida é cheia de projetos para a gente, hoje,
253 na tarde, e assim, a minha agenda está doida, porque eu estou em torno, estou doido,
254 mas é isso, convido-te hoje, então, eu vou passar a palavra para o Taveira, que ele vai

255 tratar dessa ação da 5ª Conferência. Taveira, a palavra está com você, um abraço.
256 Obrigado.

257 **Sr. Eduardo Costa Taveira (Secretário do Meio Ambiente do Amazonas - Sema) –**
258 Obrigado. Primeiro, bom dia a todos. Quero agradecer, acho que é sempre importante
259 essa reunião da tripartite para esse alinhamento. Então, só para complementar em
260 relação ao Amazonas, acho que tem um ponto também já para justificar e até não só o
261 Amazonas, mas Pará, Acre, Rondônia, a gente passou por um problema grave de
262 estiagem que a gente ainda está enfrentando. Então, a mobilização nos municípios tem
263 sido não só por causa das questões políticas, mas a gente está nessa seca histórica que
264 ainda está muito forte. Apesar de, às vezes, essas notícias não romperem essa bolha
265 sul-sudeste, a situação ainda é bem crítica para a maioria dos municípios. Então, a gente
266 está lidando ainda com essa situação crítica aqui no estado do Amazonas, em várias
267 regiões, a seca avançando ali para o baixo Amazonas, já ali pegando o Oeste Paraense
268 também. Então, essa mobilização tem sido bastante difícil e o custo extremamente alto
269 relacionado a todas essas questões. Mas, só para poder fazer, a Maureen até já chegou
270 a fazer a atualização dos dados, mas só para reforçar, a gente tem uma reunião agora,
271 dia 12, da nossa Comissão Estadual Organizadora, já para fazer a minuta para a
272 publicação da convocatória. Então, a gente já está com a previsão da nossa para ser
273 realizada entre o dia 11 a 13 de março e a previsão é que sejam pelo menos de 400 a
274 500 pessoas aqui mobilizadas para a reunião estadual. Então, apesar de tudo, a gente
275 está com o apoio da ABEMA, com o apoio do MMA, com a mobilização que a ANAMMA
276 tem feito com os municípios, conseguindo superar esse grande desafio. Nosso desafio
277 aqui não foi a política partidária, mas a gente enfrenta até hoje as questões da seca e
278 tem dificuldade bastante as realizações das municipais.

279 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional) –** Valeu, Taveira.
280 Vou passar para o Capo.

281 **Sr. Joao Paulo Capobianco (Secretário Executivo do MMA) –** Não, só para a gente
282 forçar um ponto de altíssima relevância, porque o tema da nossa conferência é
283 exatamente emergência climática. Então, essa fala do Taveira é interessante, porque nós
284 estamos justamente lidando com esse tópico, lembrando que nós temos a COP30 para

285 o ano que vem, portanto, a espécie de mobilização é fundamental e nós tivemos uma
286 COP29 muito complexa, muito difícil, porque acabou ficando aquém das expectativas dos
287 países participantes, no sentido de que ela fosse mais incisiva, mais afirmativa nas
288 questões de implementação da Convenção. Então, acredito que essa conferência é uma
289 conferência que ocorre em um momento fundamental de mobilização da sociedade
290 brasileira, vai contribuir para que o Brasil avance nas experiências. A nossa nova NDC é
291 bastante ambiciosa, vai exigir empenho e ação integrada com os Estados imersivos, a
292 nossa proposta de reduzir 67% das infraestruturas até 2035 e também, em relação a
293 2025, e também, o esforço de redução do desmatamento, que é algo absolutamente
294 central na agenda climática brasileira, e a regeneração florestal, que também é central.
295 Então, acho que de fato é fantástico ver como está funcionando. Havia muitas dúvidas
296 da capacidade de querer tomar as conferências depois de anos sem serem realizadas.
297 Então, esse esforço de retomada num ano eleitoral, com todas as complicações de uma
298 retomada e com uma agenda extremamente importante. E aqui, vou expressar mais uma
299 vez o agradecimento do Ministério do Meio Ambiente, à ABEMA e à ANAMMA, que tem
300 capitaneado este evento conosco e tornando [ininteligível].

301 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Obrigado, Capo.
302 Alguém mais quer falar? Dando sequência à agenda para passar agora à compensação
303 ambiental, alinhamento de procedimentos e destinação de valores entre os entes
304 federativos. ICMBio, o Paulo Carneiro e a Fernanda Bucci têm a palavra.

305 **Sr. Paulo Carneiro (Coordenador Geral de Planejamento e Gestão de Recursos**
306 **Externos ICMBio)** – Vou colocar duas faces para o mesmo problema. O processo de
307 destinação da compensação ambiental está determinado em parte na legislação do artigo
308 36 do Instituto. Esse artigo já sofreu diversas alterações. Por exemplo, em relação ao
309 processo de destinação de valores entre os entes federativos. O artigo 36 é um artigo
310 que foi muito discutido, inclusive, judicialmente ao longo da institucionalidade. Hoje, o
311 formato final determina que o mecanismo de todo o empreendimento que causa
312 significativo impacto ambiental tem de apoiar uma unidade de conservação. O parágrafo
313 terceiro desse artigo define quais são as unidades que têm que receber e aqui tem um
314 primeiro ponto importante. Toda unidade de conservação é afetada e obrigada a receber.
315 Isso é uma questão que afeta diretamente uma categoria das unidades que são as APAs.

316 A APA só consegue receber recursos se ela for diretamente afetada e, normalmente, os
317 empreendimentos que acontecem dentro de uma APA são escritórios licenciados não
318 pelo governo federal, licenciados pelos estados. Hoje, a principal questão que a gente
319 coloca é a questão da destinação, principalmente para essa categoria que é uma
320 categoria bastante importante. São 32 APAs federais. Em 2018, a gente teve uma
321 alteração da legislação. Essa alteração foi decorrente de uma análise do TCU que, à
322 época, considerou que o modelo que o ICMBio estava usando para executar a
323 compensação federal não tinha respaldo legal. Com essa legislação, possibilitou que a
324 gente criasse um fundo de compensação ambiental federal e também determinou, abriu
325 a possibilidade de a gente destinar para outras unidades de conservação de uso
326 sustentáveis que possam domínio público. A nível federal, o impacto dessa alteração
327 legislativa conseguiu praticamente destinar para o sistema de unidades de conservação,
328 sobrando algumas categorias. A principal afetada é a [ininteligível]. A lei é regulamentada
329 por um decreto. O decreto estabelece prioridades de educação que, aqui no Ministério, a
330 gente vai ver como efeito de destinação um pouquinho mais concreto. Ela é seguida, bem
331 arriscada, então a gente tem ela como principal prioridade de regularização. A segunda
332 prioridade, plano de manejo, temos implementação da UC, pesquisa. Essa prioridade é
333 alterada quando a gente fala de unidades que não são de [ininteligível]. O parágrafo 2
334 desse mesmo artigo define que quem faz a destinação é um licenciador. No federal, isso
335 é feito por um parceirinho, o CCAF, que a gente vai ver um pouquinho mais para a frente.
336 Isso leva a uma teia de destinação. O CCAF destina recursos aos Estados e Municípios
337 e os Estados também podem, tanto Estado como município, fazerem essas destinações.
338 E a principal questão que a gente discute é respeitar o dispositivo legal e as unidades
339 adequadamente afetadas receber uma partida disso. Aqui, meu primeiro ponto de alerta,
340 é muito importante que os órgãos, os agentes, os órgãos estaduais e municipais, tenham
341 legislações que sejam compatíveis. As dificuldades que a gente tem, tanto para o Estado,
342 do nível federal, repassando o recurso para Estados, quanto para o Estado repassando
343 o recurso para o ICMBio, a gente tem modelos de execução que não são compatíveis em
344 si. Qualquer exceção dentro do modelo não era possível. O modelo de execução do
345 recurso tinha que ser com algum tipo de determinação que eu tivesse que executar de
346 alguma maneira. Próximo. Bom, aqui, no nível federal, desde 2011, a gente tem a CCAF.
347 O CCAF é formada pelo secretário executivo Capobianco, pelo presidente do IBAMA, e

348 pelo presidente do ICMBio, e é assessorado pelas áreas técnicas do IBAMA e do ICMBio.
349 Reportando aí, sérios, eu achei assim, só para entrar no detalhe aqui, do que foi
350 decretado, [ininteligível], os atores que a gente usa para o financiamento das unidades
351 do Estado e do licenciamento, a depender do tamanho do empreendimento, existem
352 regras de excepcionalidade do empreendimento que espalha o recurso para unidades
353 que estão fora da área do IBAMA. Uma sequência de regras que nós temos à disposição
354 para compartilhar para explicar para o Estado. Bom, a parte do ICMBio era essa a
355 apresentação, então, assim, a parte que a gente vem discutindo na CCAF, que acho que
356 afeta mais o ICMBio, são licenciamentos estaduais principalmente ocorrendo em capas
357 federais, e que o ICMBio tem conhecimento porque, de alguma maneira, é um turismo
358 empreendido, então, o processo de licenciamento passa no ICMBio, a destinação dos
359 recursos de compensação no final não beneficia aquela unidade. Para essa categoria em
360 si, essa é a principal fonte de orçamento, essa orçamentária que a gente tem. Bom, hoje,
361 e acho que é uma tendência, atualmente, a partir dessa mudança legislativa de 2018, a
362 compensação ambiental é a principal fonte de financiamento extraorçamentário do
363 sistema federal de conservação. Ela vem se consolidando, ganhando musculatura ano
364 após ano. Vou mostrar um pouco dos resultados de 2023 e 2024 da destinação. Hoje,
365 assim, ela já é responsável por mais do que o dobro da execução do principal programa
366 nosso de orçamento ambiental, que o federal executa em torno de R\$70 milhões por
367 milhão no arco, a compensação esse ano vai executar em torno de R\$160 milhões por
368 milhão. Superou, como fonte de financiamento, outros tipos de recursos.

369 **Sra. Fernanda Bucci (ICMBio/IBAMA)** – Bom dia a todos, licença que eu vou falar mais
370 perto do microfone. Gente, eu sou coordenadora... estou como coordenadora geral agora
371 de compensação, estimação, licenciamento ambiental corretivo e de integração vinculada
372 à diretoria de licenciamento ambiental. O Serviço de Compensação Ambiental é quem
373 faz esses cálculos de destinação para esses que o Paulo esclareceu. Só para lembrar
374 que o cálculo foi redefinido pelo decreto 6.848 de 2009 que modificou os artigos do
375 decreto original. Pode passar. O que a gente queria mostrar que é esse resultado que o
376 Paulo estava colocando é que desde a criação do CCAF, que foi em 2011 até agora,
377 2024, a destinação dos recursos de compensação ambiental tem um montante de 3
378 bilhões de reais. A gente pode ver que esse grupo, esse comitê, em 2023 e 2024, que é
379 a partir de quando a gente assumiu esse serviço, nós conseguimos destinar R\$912

380 milhões de reais para a conservação da biodiversidade. Pode passar, por gentileza. O
381 que eu queria que vocês percebessem é que a distribuição dos recursos está mais
382 concentrada para o bioma de Mata Atlântica, porque maior parte, esse mapa que mostra
383 bem as unidades de conservação beneficiadas estão espalhadas pelo Brasil inteiro e
384 mais concentrada em Mata Atlântica... pode passar. Porque a tipologia que mais contribui
385 com recurso é petróleo e gás. Então, como petróleo e gás preferencialmente está no
386 litoral, então, as destinações estão mais concentradas nesse bioma, não por outra razão.
387 Em segundo lugar, vem o contingente de linhas de transmissão, que são as tipologias
388 que percorrem muitos estados. Pode passar, por favor. E aí, esse quadro mais ou menos
389 dá uma resumida na destinação que foi feita nos estados. E aí você tem, conforme a
390 gente tinha mostrado, R\$3 bilhões nesses últimos, nesses 15 anos, desde a criação do
391 CCAF. Eu acho que isso otimiza bastante o uso desse recurso, conforme o Paulo estava
392 falando, que chega a ser a fonte expressiva de recurso. Mas o que eu gostaria de
393 destacar é que ainda existem recursos a definir. Vocês podem ver o ranking ali não está
394 por ordem de valores, está por ordem alfabética, até para que fique mais fácil dos
395 senhores observarem os seus estados, os montantes já destinados ao longo desse
396 tempo. E o que nos chamou a atenção que são alguns estados que nunca receberam
397 compensação nesses anos todos. Acre, Alagoas, Amapá, Piauí e Roraima. Pode passar.
398 Na esfera administrativa e para municípios, a compensação atendeu até hoje cerca de
399 63 municípios. Porque se a gente considerar a grandeza do nosso país, a dimensão, é
400 muito pouco, 63 municípios é muito pouco. E apenas 12 estados praticamente. Então,
401 assim, no total os municípios receberam R\$41 bilhões. Pode passar. O que a gente quer
402 chamar a atenção é para esse valor a definir. E a gente agora está começando a focar
403 mais de perto uma tratativa junto com o Ministério, trabalho junto com a DAP para a gente
404 conseguir fazer essa definição, essa destinação de quase R\$180 milhões de reais que
405 estão pendentes para o IBAMA, no caso, em que o empreendedor vem nos cobrando
406 sistematicamente, que eles querem pagar o recurso, mas a gente ainda não conseguiu
407 operacionalizar esse destino. É um montante bastante grande. E eles se resumem,
408 assim, em empreendimentos. Eu só elenquei onde em quais estados os
409 empreendimentos estão e o valor total de compensação que precisa achar um destino,
410 para qual unidade, para onde vai, nesses estados. Então, eu não detalhei o
411 empreendimento em si, mas eu queria apenas que vocês visualizassem os estados de

412 Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pará,
413 Maranhão, Goiás, Tocantins, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, tem aí recursos a
414 serem recebidos provavelmente, ou não, não sei, mas é uma tratativa que agora a gente
415 está tentando se aproximar aí com a DAP, a destinação com o Instituto Chico Mendes, a
416 gente não tem problema, a gente já tem muitas quitações que estão sendo realizadas,
417 mas tem muitos processos nossos dessa quantidade que a gente não consegue finalizar
418 o processo, a gente não consegue dar a quitação e os empreendedores realmente ficam
419 apreensivos, porque a cada ano que passa, o valor aumenta, porque existe uma correção
420 sistemática e isso não é bom e é um recurso que não está sendo aproveitado para a
421 conservação. Eu acho que era isso que a gente tinha para dizer, muito obrigada.

422 **Sr. Joao Paulo Capobianco (Secretário Executivo do MMA)** – Eu acho que essa
423 apresentação tem dois objetivos, a relevância do recurso da compensação ambiental
424 para as unidades de conservação. Eu trabalho com o programa que o nosso presidente
425 vem desenvolvendo. Ele é muito profícuo com o ICMBio e nós conseguimos, como foi
426 mostrado, um esforço grande nos últimos meses, para de fato dinamizar isso e liberar
427 recursos. E existe a questão da parceria com os estados e com o município. Esse é de
428 fato o objetivo para os estados, porque você tem valores relevantes que tendem,
429 inclusive, a crescer daqui para frente. Mas, por outro lado, tem uma questão que é a de
430 uma dialogada dos estados em relação às organizações federais, que também precisam
431 ser equacionadas. É importante, Mário, em termos de uma discussão mais ativa com a
432 ABEMA, para fazer isso. Quando uma unidade federal é afetada por um licenciamento
433 estadual, deveria haver a destinação de recurso da compensação do Estado para a
434 unidade federal, assim como há a destinação de recurso da compensação federal para o
435 Estado nessa situação. Então, esse é um ponto. Mas o que está, de fato, atrás dessa
436 discussão, é o trabalho que nós temos que realizar no momento ABEMA e IBAMA, no
437 sentido de dinamização dos lucros nacionais. Nós temos discutido em vários momentos
438 a falta de uma ação integrada entre as três instâncias da União, para dar aos lucros, de
439 fato, uma dimensão nacional. Nós já discutimos isso em uma outra reunião tripartite, a
440 respeito do cadastro de unidades de conservação, onde a Associação SOS Mata
441 Atlântica havia identificado um conjunto enorme de unidades de conservação municipais
442 que não estavam no sistema nacional. Eu não sei como é que isso avançou, se essa
443 agenda avançou, deveria ter avançado. Isso é muito importante, e eu acredito que nós

444 temos que iniciar um processo mais organizado, de encontros mais periódicos entre as
445 três instâncias de governança aqui, para dar mais, para discutir questões envolvendo, de
446 fato, a implantação dos lucros. O que não adianta ficarmos trabalhando e o federal faz, o
447 estadual faz, a vez, o municipal alguns fazem, mas nós não temos uma ação quebrada.
448 Então, essa é uma, gostaria de ouvir um pouco de vocês, qual é a visão que vocês têm
449 sobre isso, que nós poderíamos avançar. Além, evidentemente, da questão econômica,
450 os repasses federal e estadual, principalmente para os seres estaduais e federais em
451 cada caso. Vamos ter alguns inscritos aí, e eu vou ter a palavra com o nosso presidente.

452 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional) – Pedro.**

453 **Sr. Pedro Cunha e Menezes (Diretor - DAP/MMA) – Boa tarde. Está... Pedro Cunha e**
454 **Menezes. Está, já está bem. Estou disponível. Nesse exato momento, enquanto a gente**
455 **tem reunião, o Fórum Nacional da Unidade Conservação, através do trabalho de**
456 **compensação ambiental, está reunido, já é a décima reunião. Parte da questão do grupo**
457 **é, primeiro, como os estados executam os seus recursos, porque há um processo fiscal**
458 **para a capacitação dos estados, junto com o IBAMA, e, segundo, como serão destinados**
459 **os recursos da compensação estadual para as unidades federais. Isso aqui está**
460 **acontecendo exatamente nesse momento, enquanto a gente está aqui. Com relação ao**
461 **grupo, também o Fórum do grupo, que vai ter a sua reunião plena semana que vem,**
462 **também já está discutindo bastante como a gente avança nos grupos. Parte dessa**
463 **discussão é como a gente vai, para além de somente reuniões nas estruturas de mosaico,**
464 **ou seja, a reunião não pode ser indicativa, certo de que é mosaico, mas, sim, há**
465 **atividades compartilhadas que tragam a responsabilidade. Tais como o uso de**
466 **compartilhados [ininteligível], obras, processos compartilhados que envolvem também**
467 **utilização integrada de compensação ambiental, e outras áreas como capacitação. O**
468 **grupo de trabalho de capacitação no Fórum adjunto, que terminou o seu trabalho tem dez**
469 **dias e vai apresentar à ministra uma proposta de que, para ser nomeado gestor de**
470 **unidades de compensação estadual, qualquer indivíduo tem que ter uma capacitação. Já**
471 **com uma imensa proposta pelo grupo, que tem participação de todo o Estado, da ABEMA**
472 **e da ANAMMA. A própria rede de trilhas é uma ferramenta do grupo, não é por outra**
473 **razão que ela tem uma civilização padronizada. Nós só não temos pernas ainda do Fórum**
474 **adjunto, não tem suficientes pessoas no [ininteligível], para abrir a quantidade de grupos**

475 de trabalho que são temáticos dos quais há demanda. Mas temos ainda um grupo de
476 criação bastante avançado, onde a gente fez a sobreposição das propostas de criação
477 federais e as propostas de criação estaduais, e descobrimos que havia várias
478 sobreposições. Estado e União fazendo o mesmo lugar. Então, estamos otimizando
479 recursos e definindo quem faz o quê em cada Estado, para que a gente não precise ter
480 desperdício de recursos, nem humanos, nem financeiros. Enfim, o Fórum tem a
481 participação de todo o Estado, da ANAMMA e está reunindo, não sei se diga assim, o
482 grupo de trabalho seis a oito vezes por mês. O pleno vai ser, se não me engano, dia 15
483 de [ininteligível]. Aí reúne todos os presidentes, mais de 100 mil grupos.

484 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Valeu, Pedro.
485 Obrigado. Passar a palavra para a Mauren.

486 **Sra. Mauren Lazzaretti (Presidente da ABEMA- Secretaria de Meio Ambiente de**
487 **Mato Grosso -Sema)** – Ainda bem que eu falei depois do Pedro, porque eu ia fazer
488 exatamente esse alerta, que a gente já tem trabalhado em conjunto, mas só
489 complementarmente, muitos itens prioritários decorrem das reuniões do grupo, certo?
490 Porque eles trazem às dirigentes as demandas que talvez excedam a capacidade deles
491 de atuação. Acho que poderemos nós, então, aqui por meio da tripartite, em relação aos
492 sistemas que são sensíveis, como destinação de recursos, talvez criar um mecanismo
493 mais direto de orientação, um manual, um tutorial, fazer um acordo de uma forma mais
494 objetiva, para dar um direcionamento às equipes, mas aí talvez fazemos um
495 direcionamento que perpetue, porque nós temos rotatividade nos órgãos, é natural, e
496 talvez o nosso maior legado seria um tutorial que fique, que permaneça. Pode falar de
497 manual, mas, na verdade, é isso. Talvez algo que explique como a riqueza de detalhes
498 operacional, a mudança da norma e como, de fato, implementar. Porque eu tenho
499 convicção de que muitos estados têm dificuldade de direcionar o recurso, e talvez não
500 seja nem por má vontade, mas por desconhecimento, inclusive, de como fazê-lo. E como
501 em algumas situações há um distanciamento do Estado com o órgão federal, ele acha
502 que vai ser burocrático, tormentoso, demorado, destinar para o órgão federal. A gente
503 precisa reduzir essa incerteza e tornar esse processo um pouco mais linear, acho que
504 isso vai ser suficiente para reduzir esse cenário, deixá-los confortáveis de como será o

505 processo, com quem falar, como falar. Isso acho que tanto por parte do empreendedor
506 quanto do órgão estadual que tem que promover a destinação. É a minha sugestão.

507 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Tem mais
508 sugestões? Pedro?

509 **Sr. Pedro Cunha e Menezes (Diretor - DAP/MMA)** – Os estados mais avançados,
510 estados que não são avançados, entender que não é complicado, porque explicou como
511 se faz no nível estadual, exemplo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, para outros estados
512 que não estão avançados. Claro que você não resolve uma questão dessa de noite para
513 o dia, mas eu que não sou uma pessoa otimista por natureza, nesse caso, acho que a
514 gente está avançando bastante. Estou até curioso para voltar para a reunião lá, para
515 saber quais foram os avanços de hoje, porque acho que a gente está no bom caminho,
516 se a Fernanda que está aqui nos acompanhando nesse processo, pode me contradizer
517 se eu estiver excessivamente otimista nesse caso.

518 **Sra. Fernanda Bucci (ICMBio/IBAMA)** – Bem otimista.

519 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** –Passar a palavra
520 para o Rodrigo Agostinho.

521 **Sr. Rodrigo Agostinho (Presidente do IBAMA)** – Pode ser que o IBAMA está tratando
522 isso como uma questão prioritária, tanto que vocês viram um volume enorme de recursos,
523 eu não tenho dúvida de que a gente tinha uma série de gargalos que a gente conseguiu
524 romper, os principais eram gargalos que pareciam muito pequenos, mas acabou
525 liberando muito recurso, que foi a definição do critério de correção. Tinha um volume
526 enorme de recursos especializados, por conta da definição disso, a gente conseguiu dar
527 fluidez. A gente tem alguns outros gargalos. Tem gargalos na nossa capacidade de
528 execução, pode ser em [ininteligível], mas é custado. Tem umas que a gente faz através
529 da Caixa, mas é um gargalo que, de fato, existe, para fazer o dinheiro chegar na conta,
530 é um grande recurso ainda para ser utilizado. A gente tem um gargalo que é o da
531 pactuação, acho que a gente precisa debater isso, porque hoje existe uma concentração
532 muito grande obviamente nos recursos do licenciamento federal, no próprio governo
533 federal, mas também uma concentração muito grande na condição territorial. A maior

534 parte dos empreendimentos do pré-sal acabam direcionando os recursos sempre para
535 as mesmas unidades de conservação, para a mesma área, e não chegam em áreas que
536 também precisam. Então, acho que a gente vai precisar, talvez, fazer uma repactuação
537 na questão da redistribuição e avaliar como é que a gente faz para engajar municípios e
538 estados, para que a gente possa ter uma fluidez maior também nos outros sentidos. A
539 gente tem unidades de conservação municipais e estaduais estratégicas para a
540 conservação, que acabam não apresentando propostas, não demandando, e muita
541 unidade de conservação, inclusive, estadual, não cadastrando. Acho que a gente tem,
542 talvez, fazer um mutirão de cadastramento, não sei, chamar também as outras entidades
543 municipais. A gente tem a ANAMMA, mas nem todo município tem uma secretaria que
544 participa da ANAMMA. Talvez, envolver também a Frente Nacional do Perfeito, a
545 Conservação Nacional de Municípios, engajar eles para que, de fato, essas unidades
546 apareçam no nosso radar. Obrigado.

547 **Sra. Fernanda Bucci (ICMBio/IBAMA)** – No nosso planejamento agora para 2025, a
548 gente já conversou sobre isso, na última reunião até. A gente está planejando fazer visita
549 aos estados, sabe? Cada mês, fazer uma visita, para nos aproximar mais, com o intuito
550 de fazer, de ajudar nessa capacitação. É uma parceria que a gente está tentando fechar
551 também, com a ICMBio, junto, porque eles têm a experiência da execução. Eu acho que
552 isso já... Por isso que eu estou otimista.

553 **Sr. Joao Paulo Capobianco (Secretário Executivo do MMA)** – Bom, todos que
554 trabalham na educação ambiental são otimistas por natureza. Isso não é nenhuma
555 novidade. Eu ainda tenho assistido faz tempo. Não, eu queria só, especialmente, os
556 informes aqui em dados do que o processo está avançando, mas eu queria reforçar e
557 [ininteligível] para dar encaminhamento nessa proposta que a Mauren fez, de ter, de fato,
558 um manual ou diretrizes que eu transformar. Eu acho muito bacana que a Tripartite tenha
559 uma iniciativa, um resultado da própria Comissão Tripartite. Se for fazer um guia de
560 orientação, um manual, ou sei o que for, diretrizes, como é que isso funciona, eu vou ter
561 um produto da própria Comissão, porque isso vem de uma decisão colegiada, que
562 envolve as três instâncias de governança da União. Isso dá mais força. É muito bacana
563 que faça isso. Eu queria reforçar essa proposta que a Mauren pediu, e que a Marcela dê
564 sequência a isso aí, de combinação com a [ininteligível]. Obrigado.

565 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Antes dessas
566 ações todas, Rodrigo, quando a gente fala hoje, o momento das secretarias municipais
567 está mudando. Porque antes era puxadinho de política. Municípios não tem. E hoje eu
568 estava falando com a Marcela já, exatamente sobre isso, na questão do SISNAMA. Por
569 quê? Porque agora todas as instituições, ICM, CNM, ABM, todas essas instituições
570 municipais estão se voltando para os recursos, porque o mundo abriu a perspectiva de
571 financiamento para os municípios, e hoje todos querem. Quando o patinho feio somos
572 nós, nós que estamos no SISNAMA, nós estamos praticamente fora. O que eu tinha
573 proposto à Marcela, e depois vamos propor ao Ministério, é que municípios que não têm
574 sua estruturação de secretaria possam nem estar captando, tentando recursos. A gente
575 tem vários no Brasil afora, na região da Amazônia, tem várias instituições cuidando,
576 dizendo o que está fazendo para o município, onde o município vai cuidar da questão
577 ambiental e não tem nem secretaria. Então, a gente efetivamente, isso é uma ação que
578 eu tenho pedido e a Marcela hoje para a gente dar um direcionamento para chegar
579 nesses municípios, hoje para a Amazônia, que vive essa diversidade de todo mundo
580 querer investir recursos na Amazônia, no fundo do clima, está uma corrida insana, mas
581 todo município agora se voltou, eita, o meio ambiente agora tem recursos. E nós estamos
582 querendo esses recursos e não está dando devido capacitação para o SISNAMA. O SUS
583 foi e está forte, porque ele entrou no município, está forte. É a mesma coisa que nós
584 fomos criados na mesma época do SUS, o SISNAMA, e nós estamos ainda patinando e
585 tendo essa oportunidade aqui de tentar rever isso. Então, é mais uma alerta de ação.
586 Tem alguém mais que quer fazer alguma contribuição? Welison.

587 **Sr. Welison Silveira (Coordenado Nacional do Fórum CB27 e Secretário do Meio**
588 **Ambiente de João Pessoa/PB)** – [Ininteligível]. Formular alguma proposta [ininteligível]
589 para execução da política [ininteligível] assistência social. [Ininteligível] vai chegar até a
590 ponta, faz com que a política está atendendo a sua razão. A política do SUS é um
591 presente [ininteligível] saúde da família, [ininteligível] de mulheres, de família básica, até
592 para o resto do país. E a política de vida quem é que ela precisa? Nesse panorama, a
593 gente tem que discutido [ininteligível] política ambiental às vezes, recomenda que a gente
594 reforce alguma coisa. É fácil de discutir, mas a gente tem recursos. Ela precisa ser
595 trabalhada, ela precisa ser facilitada e desburocratizada. Essa é a política hoje aqui, a
596 executar a sua política, que se imprimindo pode ao seu orçamento, [ininteligível]

597 municípios. A política [ininteligível] bem estrutural, secretaria [ininteligível]. Aí, não tem
598 sequer orçamento para a execução, como pode ser falado. Quando a secretaria passa a
599 ter uma instituição, ela passa a ter um orçamento, vai dependendo da instituição, o que
600 for colocado dentro do orçamento, passa a ser um complemento, até superando o próprio
601 orçamento que está [ininteligível]. As medidas compensatórias são estabelecidas através
602 do fortalecimento da política. Aí vem a necessidade de regulamentação, a
603 regulamentação a nível federal. Em alguns casos temos a regulamentação [ininteligível],
604 mas, a nível municipal, cada município faz a sua própria regulamentação, sem atender
605 as diretrizes estabelecidas nas políticas do município. As emendas parlamentares, tem o
606 vereador, o deputado estadual e o os distritais. E aí, até mesmo nesse [ininteligível], a
607 política [ininteligível] não consegue ser chegada até a ponta para a execução da política.
608 Como eu falei, os fundos internacionais, financiamento e a repartição de tributos
609 [ininteligível] e estaduais, para se chegar atrás. E aí é outro ponto. Essas considerações,
610 a minha proposta seria, mais uma vez, a gente colocar o financiamento para a execução
611 da política. Estabelecendo as conferências municipais, estaduais e nacionais, quando a
612 gente estabelecer as diretrizes. Quando a gente, talvez, colocar metas para a política.
613 Recursos para que isso seja feito. Também precisa de orçamentos. A minha proposta
614 seria que esse grupo elencasse as possibilidades de soluções e recursos, formular
615 manuais, formular diretrizes, para que a gente pudesse, ao final de determinado período,
616 a gente chegar a uma proposta de financiamento para as políticas municipais, estadual
617 e federal do meio ambiente. É isso. Desculpe, fui lá. Se eu me estendi.

618 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Valeu Welison.
619 Parabéns. Foi excelente. Parece que você estava conversando, ou você começou com a
620 Marcela, que nós descobrimos aquilo que foi importante. Nós estamos exatamente em
621 essa reunião que nós vamos levar para o [ininteligível], para que a gente possa tentar,
622 em breve espaço, fazer uma apresentação de como podemos ajudar os municípios, a
623 [ininteligível], e aí para o recurso, e para que venha ser efetivamente criado esse
624 programa, praticado dentro dessa regra. Paulo.

625 **Sr. Paulo Carneiro (Coordenador Geral de Planejamento e Gestão de Recursos**
626 **Externos ICMBio)** – Uma contribuição rápida. Eu não estou aqui, Rodrigo, [ininteligível].
627 A gente vem trabalhando ao longo dos anos no aprimoramento das formas de execução.

628 A gente chama de [ininteligível] da Sociedade Civil [ininteligível] em caso da
629 compensação, instituição financeira. Esse aprimoramento, ele vem levando a gente a ter
630 uma maior execução. Esse ano, temos R\$160 milhões de reais. E que tornou esses
631 recursos, em alguns casos, como a principal fonte de financiamento para algumas
632 instituições. Um exemplo maior nosso é a regularização fundiária. Praticamente custeada
633 por recursos humanos. Então, acho que dentro desses fóruns de discussão, a gente tem
634 que colocar essa discussão da execução no ponto de estar à disposição para
635 compartilhar nossas experiências. Acho que o objetivo principal é a gente escapar da
636 armadilha que caiu várias vezes. Criar, disponibilizar um recurso, um modelo de
637 execução. A gente sofreu isso durante muitos anos. A gente tem esse problema hoje.
638 Estou conversando com muitos, em alguns casos. Esse compartilhamento, modelos
639 eficazes de execução.

640 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Valeu, Paulo.
641 Obrigado pela contribuição. A Marcela vai falar.

642 **Sra. Marcela Moraes (Diretora do DSISNAMA)** – Surgiu o tema do financiamento que
643 vem voltando desde a nossa primeira tripartite. Eu acho que é importante a gente definir
644 um caminhar com relação a como avançar nessa discussão. Se é a criação de um
645 grupo de trabalho, se é uma organização, uma reunião que dê conta. Enfim, acho que se
646 a gente conseguir na próxima tripartite voltar com um desenho de... Eu acho que aqui
647 veio uma questão importante. Hoje a gente tem várias agendas dentro do Ministério que
648 têm relação com municípios e que a gente precisa avançar na pactuação de um plano
649 comum com metas, olhando para as várias fontes de financiamento e permitir que a
650 tripartite se debruce sobre isso, pensando em como avançar na estruturação do
651 SISNAMA, um sistema que realmente consiga funcionar de forma cooperativa. Então,
652 acho que a gente pensar agora o encaminhamento é importante. É um grupo de trabalho,
653 é uma reunião.

654 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Importante uma
655 contribuição. Eu vou sugerir a criação do grupo de trabalho, que a gente possa, as
656 instituições envolvidas, fazer a indicação a tripartite, Mauren, para que a gente possa
657 trabalhar conjunto. Está ok? Então, se está aprovado, vai ter o encaminhamento para o

658 grupo que trabalha para a participação. E vamos, sem dúvida, com todos nós, para que
659 a gente possa efetivamente buscar essas soluções. Mais alguma coisa a tratar? Mas,
660 antes disso, Capô, eu tive uma conversa com o Pedro.

661 **Sr. Pedro Cunha e Menezes (Diretor - DAP/MMA)** – Se vai criar um grupo de trabalho,
662 eu gostaria de saber o que faz com o grupo de trabalho do fórum. Eles estingue, o que
663 faz?

664 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Não, esse é um
665 financiamento geral. Não é só...

666 **Sr. Pedro Cunha e Menezes (Diretor - DAP/MMA)** – O que faz com o grupo de trabalho
667 de compensação?

668 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Não, as
669 contribuições serão efetivamente montadas, porque a gente está falando aqui de
670 estruturação das secretarias municipais.

671 **Sr. Pedro Cunha e Menezes (Diretor - DAP/MMA)** – Continua no fórum, trabalhando...

672 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Trabalhando. O
673 que for conveniente, vem para esse grupo, porque muitas coisas não estão feitas em
674 outro. Capô, eu estive com o presidente da Câmara, e a gente precisa marcar uma
675 audiência. Quando o Rodrigo saiu, eu ia propor que o Rodrigo pedisse essa audiência
676 para que nós pudéssemos tratar da TCFA. ABEMA, ANAMMA, IBAMA, porque está no
677 [Ininteligível], está no momento que dá para se discutir agora, que passou a temperatura,
678 para que a gente possa avançar em algumas ações da TCFA. Porque o prejuízo para o
679 IBAMA, para os estados, para o município que não recebe muito, é terrível. Então, é um
680 momento que está aberto para discussão para que a gente possa dar esse
681 encaminhamento. Estou seguindo com a agenda. Olá, Pedro, ainda? Pedro? Não. Vamos
682 falar agora do Plano Nacional de Recuperação do [Ininteligível], Civil e MMA. Rejane, por
683 favor, com você a palavra.

684 **Sra. Rejane Mendes (Coordenadora Geral de Recuperação de Áreas Degradadas)** –
685 Bom dia a todos.

686 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Por favor, doutor
687 Alder Flores, faça parte aqui da mesa, por favor, representando a ANAMMA.

688 **Sra. Rejane Mendes (Coordenadora Geral de Recuperação de Áreas Degradadas)** –
689 Eu gostaria de cumprimentar o senhor Marçal Fortes e o presidente da mesa,
690 representando a ANAMMA. O secretário-executivo Capobianco. E a representante da
691 ABEMA, aqui, o Mauren Lazzaretti. Gostaria de agradecer também a todos vocês pela
692 oportunidade de apresentar o Plano [ininteligível]. E só antes de começar a apresentação,
693 só me apresentar rapidamente. Eu sou analista ambiental aqui do Ministério do Ambiente.
694 E estou à frente, atualmente, da Coordenação Geral de Recuperação de Áreas
695 Degradadas dentro do Departamento de Florestas e biodiversidade, Florestas e Direitos
696 humanos. Vou começar a minha apresentação falando um pouco do decreto de 2017,
697 que foi estruturante para essa agenda de recuperação da vegetação nativa. Em 2017, a
698 gente não teve a publicação do decreto 8972, ele cria a Política Nacional de Recuperação
699 da Vegetação Nativa, que é a PROVEG, com o objetivo de articular, integrar e promover
700 políticas e programas indutores da recuperação de florestas e demais formas de
701 vegetação nativa e de impulsionar a regularização ambiental de móveis rurais em, pelo
702 menos, 12 milhões de hectares até 31 de dezembro de 2030. É importante destacar que
703 essa Política Nacional, pelo decreto, é de responsabilidade de implementação da União,
704 dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios, da sociedade civil, do setor privado.
705 Então, é uma responsabilidade compartilhada de implementação, de implantação dessa
706 política. O decreto também traz o PLANAVEG, o Plano Nacional de Recuperação da
707 Vegetação Nativa, como principal instrumento de implementação da política. Ele foi
708 estabelecido em 2017 por meio de uma portaria interministerial. Então, teve uma primeira
709 versão do plano publicada já em 2017 e está em implementação desde então. Mas ele
710 está em processo, passou por um processo de revisão no último ano e a gente já tem
711 uma nova versão do PLANAVEG para o período de 2025 até 2028 atualizado, frente às
712 necessidades atuais da política e que está para ser publicado por meio de uma resolução
713 da PLANAVEG, que eu passo para o terceiro ponto do slide, que foi instituído pelo
714 decreto, que é a Comissão Nacional da Recuperação da Vegetação Nativa, o CONAVEG,
715 que é um colegiado responsável pela implementação da política e do plano. Também
716 responsável por revisar o plano a cada ano. Falando um pouco, então, desse processo
717 da revisão do PLANAVEG, eu acho que é importante começar por isso. A gente tinha,

718 então, o marco legal de 2017, o plano aprovado em 2017. Em 2023, no final do ano
719 passado, a gente teve a primeira retomada da CONAVEG, então a primeira reunião
720 depois da reinstituição da comissão em 1º de janeiro de 2023 e a instituição de câmaras
721 consultivas temáticas para apoiar o processo de revisão em suas diversas áreas, de
722 financiamento, de inteligência espacial, de cadeias produtivas, de arranjos de
723 implementação. A partir dessas câmaras consultivas, a gente teve uma série de reuniões
724 de janeiro a julho de 2024 realizadas no âmbito dessas câmaras consultivas. A gente
725 teve também seminários técnicos feitos para a revisão do PLANAVEG. E ao final de
726 agosto, a gente teve a primeira versão do PLANAVEG antes da consulta pública
727 aprovada pela Comissão Nacional e essa versão foi submetida à consulta pública no
728 período de 11 a 25 de setembro. E por meio da plataforma participe.br a gente recebeu
729 uma série de contribuições. A partir daí, a gente teve no dia 11 de outubro uma reunião
730 da Comissão Nacional onde foi deliberado pela aprovação do texto final do plano e o qual
731 foi lançado agora no dia 28 de outubro na COP16, na COP de biodiversidade, do qual
732 nós participamos e fizemos essa primeira apresentação. Mas a resolução do CONAVEG
733 que aprova o Plano Nacional vai ser publicada nas próximas semanas. Ela já passou por
734 todo o processo interno nosso de consultoria jurídica para ser aprovada, mas deve sair
735 nas próximas semanas e ser publicada. Aqui a intenção desse slide não é mostrar todas
736 essas informações, mas mostrar que no processo de revisão do CONAVEG considerou-
737 se diversas políticas públicas. Foi feito um mapeamento das diversas áreas que
738 tangenciavam essa área de responsabilidade da recuperação da vegetação nativa,
739 resultando no texto final do Plano. Então, foi buscado, buscou-se a integração da política
740 nacional com as convenções globais, com a CDP, com a convenção do clima, com a
741 desertificação. Foi feito um olhar nos marcos regulatórios que já existem no próprio
742 Código Florestal. A PNEGAT, foi feito um olhar em relação às políticas existentes de
743 combate ao desmatamento e proteção de seios florestais. O próprio objetivo da PROVEG
744 e da PLANAVEG postos no decreto que foi mencionado. Toda a agenda de recuperação
745 de áreas degradadas que está sendo tocada dentro do Ministério do Meio Ambiente e
746 também em outras áreas. Por exemplo, o decreto de conversão de pastagens, o
747 programa de conversão de pastagens da Agricultura, a iniciativa da estratégia para a
748 recuperação de áreas degradadas que está sendo feita no meio da Presidência da
749 República. Enfim. E, por fim, as políticas subnacionais, as políticas públicas subnacionais

750 também foram consideradas para que a gente chegasse nesse momento final da escrita,
751 nesse documento final do PLANAVEG. Pode passar. Só mostrando que o processo de
752 revisão envolveu 41 instituições, organizações participaram. Então, a gente tem órgãos
753 federais, subnacionais, universidades, instituições financeiras, setor privado,
754 organizações da sociedade civil, alguns coletivos de redes de restauração que
755 representam biomas também participaram. Pode passar. No processo também de
756 consulta pública, a gente recebeu 230 contribuições a partir de 56 participantes. Esse
757 gráfico do lado ali mostra em verde que 66% das contribuições foram admitidas, então
758 foram incluídas no texto final. Pode passar. E aqui, só mostrando as premissas de revisão
759 do PLANAVEG que foram consideradas antes e que acabaram sendo os resultados
760 também do documento já revisada. Então, a meta de 12 bilhões de hectares a serem
761 recuperados até 2030 foi mantida nessa revisão. Foram incorporadas outras áreas como
762 objeto mesmo de atuação do Plano, como unidades de conservação, terras indígenas e
763 outros territórios coletivos como assentamentos da reforma agrária. Foi feita a integração
764 dos órgãos em representações de coletivos de restauração dos biomas, representantes
765 dos biomas na governança do CONAVEG nos arranjos de implementação, que eu daqui
766 a pouco vou explicar. Foi incorporado o conceito de arranjo de implementação para
767 descrever a demanda pela recuperação. Foi criada uma estratégia financeira focada na
768 atração de capital privado e na autossustentabilidade financeira. Foi buscada, foi feita a
769 integração com metas das conferências de clima, biodiversidade, combate à
770 desertificação e políticas públicas de recuperação de áreas degradadas. Foi feita a
771 conexão com os planos de combate ao desmatamento, clima e bioeconomia. E
772 considerou-se, adotou-se como premissa que o plano seria um instrumento de apoio para
773 a redução da desigualdade social e segurança alimentar entre povos indígenas,
774 quilombolas, PCTs e agricultores familiares. Essa figura mostra como está estruturado o
775 PLANAVEG, essa versão de 2025 a 2028. Então, a gente tem quatro estratégias, quatro
776 grandes estratégias nas quais não tem resultados a serem buscados, cada uma delas. E
777 para cada resultado, a gente vai ter uma série de macro ações com representantes,
778 endereçando os responsáveis pela implementação dessas macros ações e, então,
779 instrumentos também que podem ajudar, podem apoiar a implementação dessas
780 estratégias. Essas estratégias, a ideia delas é que elas sejam pilares transversais de
781 estruturação da agenda, combinando regulação, fomento e monitoramento. E, de outro

782 lado, a gente também tem, de uma forma de estruturar também o PLANAVEG, os
783 arranjos de implementação, com a forma de organizar o plano de modo que a gente
784 consiga trazer os atores, integrar atores que têm objetivos comuns, seus instrumentos,
785 instrumentos que são compartilhados em prol de um objetivo. A ideia dos arranjos de
786 implementação é destravar a demanda pela recuperação em escala, conectando políticas
787 públicas na implementação estratégica da meta de 12 milhões de hectares até 2030. Eu
788 vou passar um por um, acho que cada um desses... pode passar para o próximo. Mas já
789 chego primeiro só para falar da meta de 12 milhões. A gente teve um estudo que foi feito
790 pela Universidade Federal de Minas Gerais. Primeiramente, em 2017, esse estudo foi
791 atualizado agora, em 2024, para que a gente pudesse adotar a mesma metodologia que
792 foi adotada em 2017 para a definição da meta na primeira versão do CONAVEG. A gente
793 fez uma atualização desse estudo, chegou-se a um total de déficit a ser recuperado, de
794 passivo ambiental em APP. Tudo bem? Continuando. O déficit de 21 milhões, cerca de
795 21 milhões, a partir de dados, usando-se dados de Cali, foram feitos alguns tratamentos
796 em cima desses dados, identificou-se que desses 21 milhões, parte deles, 9,2 milhões,
797 poderiam ser usados via compensação de reserva legal, via cotas de reserva ambiental.
798 Então, foi excluído desses 21 milhões, esse total, que poderia ser usado para
799 regularização ambiental, enfim, por parte dos proprietários, identificou-se que o potencial
800 de compensação de reserva legal em UC poderia ser de 1,5 milhão de hectares e o
801 mínimo a ser recuperado para atingir a recuperação seria, então, de 10,3 milhões de
802 hectares dentro de imóveis rurais, dentro de passivos ambientais de reserva legal em
803 APP. Somou-se a esse valor o valor das áreas degradadas, alteradas ou degradadas
804 dentro de imóveis de conservação, terras indígenas e assentamentos da reforma agrária,
805 chegando-se no total de 2,2 milhões de hectares e chegando, então, nos 12,5 milhões,
806 ratificando a meta, então, repetindo a meta de 12 milhões que já tinha sido pactuado na
807 primeira versão do Plano agrário. Pode passar, por favor. Então, para entrar nas
808 estratégias transversais, vou apresentar um pouco, a gente começa a entrar na parte
809 mais estruturante mesmo do plano, mas eu vou falar um pouquinho de cada uma delas
810 e depois usar a explicação, porque é bastante informação, mas eu vou tentar, pelo
811 menos, pontuar cada uma dessas estratégias e seus resultados. Então, a primeira
812 estratégia de financiamento da recuperação, ela teve como objetivo geral, ela, na
813 verdade, ela tem como objetivo geral implementar uma estratégia financeira da

814 recuperação da vegetação nativa que considere a projeção dos fundos de
815 implementação, a identificação, o acesso e a otimização do fluxo das diversificadas
816 fontes de financiamento para cada arranjo publicado. O desenvolvimento ao
817 fortalecimento de mecanismos e incentivos de financiamento mobilizados e coordenados
818 pela governança pública e privada em escalas nacional e regional. Pode passar para o
819 próximo. Aqui a gente tem os resultados esperados dessa estratégia. Como eu
820 mencionei, para cada resultado, a gente tem uma série de maturações aumentadas e
821 responsáveis pela execução das situações. Esses resultados buscados, eles dialogam
822 muito com o que foi colocado aqui na tela. [Ininteligível], acho que foi pontuado, tem um
823 certo reflexo aqui nesses resultados que estão sendo buscados. Então, eu vou dar um
824 pouco mais de atenção para essa tela, pois ela recebe bastante informação. Então, esse
825 é o primeiro resultado, o planejamento financeiro, com estratégia de mobilização e de
826 gestão.

827 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Rejane, só uma
828 sugestão, depois a gente distribuiria, porque está bom, então a gente, é melhor que nós
829 recebêssemos, nós faríamos algumas contribuições.

830 **Sra. Rejane Mendes (Coordenadora Geral de Recuperação de Áreas Degradadas)** –
831 Está legal. Está legal. Então, pode passar. Aqui só a segunda estratégia, de cadeia
832 produtiva, de recuperação, e o objetivo de promover uma visão sistêmica da cadeia
833 produtiva da recuperação, considerando fomentar a oferta de insumos e serviços, de
834 forma coordenada com a ampliação e consolidação da demanda. Pode passar. A gente
835 tem seis resultados esperados, nessa estratégia. Pode passar. A terceira estratégia é
836 de... desculpa, não estou conseguindo ver. De pesquisas, pesquisa e desenvolvimento e
837 inovação, com o objetivo de consolidar um programa de pesquisa e inovação, ensino e
838 extensão voltada à recuperação da vegetação nativa no Brasil. Pode passar, para o
839 próximo. E a última, pode passar. A última estratégia, de inteligência espacial e
840 monitoramento, que tem o objetivo de monitorar a meta de 12 bilhões de hectares, a partir
841 de uma plataforma multissistêmica, que congregue informações de sensoriamento
842 remoto, e de áreas de vegetação nativa, e efetiva recuperação do mercado nacional, de
843 forma integral, dados de inteligência espacial, e há um sistema de avaliação e gestão
844 adaptativa do próprio programa, e de seus impactos finalísticos. Há com cinco resultados

845 também esperados. Pode passar. Pode passar. Mas, os arranjos, então, de
846 implementação, eu acho que ele tem, assim, talvez sejam mais fáceis, até de a gente
847 conseguir se perceber, eu acho, enquanto antes, federativos, na situação e na
848 implementação. São três, está bem? O primeiro, o primeiro arranjo de implementação é
849 voltado para a recuperação da vegetação nativa nas áreas protegidas, dentro do imóvel
850 rural, APP, as áreas legais e áreas de uso restrito. E o objetivo dele é impulsionar a
851 regularização ambiental dos imóveis rurais, considerando o que está determinado pelo
852 Código Florestal, pela Lei 2005, 2012, que é a recuperação, então, dessas áreas, não é?
853 E o plano, ele reserva como parte da meta para essa, não é, para esse arranjo, nove
854 milhões de hectares até 2030, não é? E como, não é? A partir do fortalecimento dessas
855 capacidades, não é, dos entes federativos, dos estados e municípios, e de forma
856 coordenada com os planos de prevenção e controle do desmatamento climática. A
857 recuperação da vegetação nativa em áreas rurais de baixa produtividade, a partir de
858 fomento a sistemas integrados de produção, SAF e ILPF, serviços produtivos ativos, é
859 um outro arranjo de implementação, também do PLANAVEG, que tem, não é, está como
860 meta, a gente colocou como meta de recuperação nesse arranjo, pelo menos um milhão
861 de hectares até 2030. E a ideia é que sejam feitas, não é? Seja feita a recuperação da
862 vegetação nativa nas áreas de baixa produtividade, ou subutilizadas nos imóveis rurais,
863 em áreas privadas, através do fomento a esses sistemas de produção, e conseguirem,
864 não é? A conservação da biodiversidade e de sistemas ecossistêmicos com
865 desenvolvimento socioeconômico. E, por fim, não é? O terceiro arranjo que foi priorizado,
866 é o de recuperação da vegetação nativa em áreas, desculpa, ali eu não coloquei, eu
867 atualizei, mas é o de recuperação da vegetação nativa em áreas públicas, desculpa,
868 deixa eu passar aqui. Em áreas públicas, como a Unidade de Conservação de Territórios
869 Indígenas e outros territórios coletivos, que busca fortalecer, não é, políticas e programas
870 de recuperação da vegetação nativa em áreas degradadas, UCs e UPIs de
871 assentamentos da reforma agrária, de outros territórios coletivos, em pelo menos 2
872 milhões de hectares, não é, através do fomento, a partir de uma abordagem de paisagens
873 sustentáveis, que consolida tais territórios, e seus fomentos, como a Unidade de
874 Conservação da Biodiversidade. Pode passar para o próximo. Aí, a gente tem os
875 resultados também, desde cada um dos arranjos, eu não vou entrar em cada um
876 especificamente, mas... Pode passar, então, de recuperação da vegetação nativa em

877 áreas de baixa produtividade. Passar para o próximo. A recuperação da vegetação nativa
878 em áreas públicas. Só para reforçar, não é? Cada um desses resultados que estão sendo
879 colocados aqui, eles vão ter macro ações, eles vão estar interessados a responsáveis. A
880 gente vai ter uma ideia, não é, de instrumentos que estão, que fazem parte, não é, dessa
881 estratégia de implementação de pontos desse resultado, não é? É isso que está exposto
882 no plano. Pode passar para o próximo. Acho que essa é a última tela, deixei por última,
883 não é? Porque eu acho que é um tema que é muito relevante para essa comissão, que é
884 a governança, não é, da implementação do PLANAVEG, estabelecida nessa versão em
885 2005, 2028. Que coloca, não é? A gente... O primeiro quadradinho acima, a CONAVEG,
886 a Comissão Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa como fiscal responsável, não
887 é? Ali ela tem a Secretaria Executiva do lado dela. A própria CONAVEG, ela está... Ela é
888 composta, não é? Pelos representantes do Governo Federal, ministérios, representantes
889 da ABEMA, da ANAMMA, dessas redes, não é, De restauração, não é, de movimentos
890 sociais, academia, setor privado. Isso considerando já uma proposta, não é, de alteração
891 da atual composição, que eu imagino que talvez parte dos representantes aqui tenham
892 recebido, não é, um pedido de anuência à nova composição da CONAVEG. E, por fim,
893 embaixo, não é? Da comissão, a gente vai ter algumas instâncias, não é? Que vão ser
894 mais operacionais. O Núcleo de Articulação Territorial, está bem? E Câmaras
895 Construtivas Temáticas, que permanecem, então, não é, quando [ininteligível] aspecto.
896 O Núcleo de Monitoramento e Avaliação da Implementação da [ininteligível]. Bom, é... É
897 o que a gente quer dizer. Muito obrigada. Obrigada.

898 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Rejane, parabéns
899 que apresentação incrível, que então a... Lento a nós, não é? Que sabemos que tudo
900 ocorre nos municípios. Ocorreu uma recuperação de nada mais, nada menos, de 14
901 milhões de hectares. Então, já assim, inicial do plano que está apresentado, vamos dar
902 uma... Uma satisfação muito grande. Parabenizar o Ministério, parabenizar o Instituto,
903 que nós vamos, sim, ficarmos juntos. Muito obrigado pela apresentação. Alguém quer
904 falar? Capo.

905 **Sr. Joao Paulo Capobianco (Secretário Executivo do MMA)** – Eu queria destacar essa
906 estratégia desse programa. Como foi demonstrado, ele foi construído com a parceria de
907 todos, muitos que estão aqui participaram ativamente desse processo. E ele não será

908 enviado sem uma participação de todos. Alguém podia projetar aquele gráfico que mostra
909 como chegou aos 9.2 milhões de hectares? Quem é que está projetando? É isso aí, não
910 é? Então... Não sei se vocês estão prestando atenção nisso daqui, mas os dados que
911 nós temos disponíveis mostram um déficit de reserva legal e apropriada, isso, de 21
912 milhões de hectares. Estão falando de 210 mil quilômetros quadrados, não é? Que é
913 superior à área do Estado. Então, essa é uma... uma realidade que, se não me engano,
914 imposta pelo Código florestal estadual, é um déficit das propriedades rurais dessa
915 magnitude. Sendo que, para fins do próprio Código, parte disso pode ser compensada
916 com reserva legal de acidente em uma outra propriedade, e com a aquisição de áreas
917 rurais da Unidade de Conservação Federais, Estaduais e Municipais. Então, com isso, o
918 déficit fica ali na faixa de 10.3, que necessariamente... E juntando com as áreas públicas,
919 a Unidade de Conservação, faz [ininteligível]. Chega a ser 12,5. 12,5. Então, nós estamos
920 falando de um esforço que não é simples, porque vai existir, de fato, nas propriedades
921 rurais, 10 milhões de hectares de recuperação, restauração. Então, por um lado, isso é
922 um desafio grande do Código florestal. A restauração, por outro lado, pode ser visto como
923 uma nova oportunidade. Acho que essa é a questão que a gente tem que trabalhar. Mais
924 uma vez, acho que a tripartite tem uma função muito grande, uma oportunidade muito
925 grande nesse ponto. E se nós estamos falando de 10... estamos falando de 10 milhões
926 de hectares, de 100 mil quilômetros quadrados, e necessidade de recuperação, essa é a
927 parada [ininteligível]. Além disso, nós temos o desafio de combater o desmatamento.
928 Você vê, como são as coisas. Se somar o desmatamento da Amazônia e do Cerrado,
929 que caíram. A Amazônia caiu pela metade, graças ao esforço de todos, inclusive, dos
930 estados que têm atuado muito fortemente nessa frente. Caiu também o Cerrado, não é?
931 Estivemos lá de nove a nove anos, cinco anos, não é? Mas se eu somar o desmatamento
932 que ainda ocorreu, mesmo reduzindo, nós perdemos 1.400.000 mil hectares, só da
933 Amazônia e do Cerrado. Então, é uma corrida contra o tempo reduzir o desmatamento e
934 recuperar. Quanto mais a gente aumenta o desmatamento, mais nós vamos ter desafio
935 de recuperação. Então, eu queria realmente destacar isso, porque, mais uma vez, é um
936 esforço que vai depender de uma integração fortíssima entre os movimentos governados.
937 Para o estadual, os estaduais e municipais. E abre-se para mover esse tipo de agenda.
938 Então, aqui, mais uma vez, eu queria reforçar a importância de apresentar isso aqui na
939 tripartite e de a gente ter consciência do papel dos estaduais, municipais, dos estaduais

940 aqui representados, sobre esse desafio que está colocado para nós, que, repito, ele é
941 central para que o Brasil cumpra a sua, seus compromissos da nova MDC, que acaba de
942 ser protocolada em [ininteligível] em 2030. E, finalmente, lembrar que, na COP30, nós
943 vamos ter que fazer um esforço comum do governo da ABEMA e seus movimentos
944 representados por vocês, para que a gente tenha, na COP30, 100 aeroportos fechados
945 por inviabilidade de teto, por fumaça de queimada. Isso vai ser um desafio enorme. Nós
946 vamos ter que atuar de forma muito integrada para garantir um ambiente adequado para
947 a realização da COP30. Lembro-me do ministro da Cultura e Pecuária, dizendo que
948 resolvesse a reunião da G20 sobre agricultura lá no Cuiabá para levar para o Estado, que
949 é o ídolo da cultura brasileira, e, felizmente, conseguiu, com uma [ininteligível] de
950 incêndios enormes, ele fez. Uma pena que a reunião ocorreu embaixo de fumaça. Se
951 tivéssemos conseguido levar todos os líderes internacionais lá e não tivesse esse fato
952 ocorrido, imagina isso em uma COP30. O que falta é reforçar o nosso posto integrado e
953 o papel da tripartite para mobilizar e estimular, energizar os canais de participação e
954 integração para bem ficar. Assim vai saindo.

955 Obrigado, Capo. Alguém quer tratar mais alguma coisa sobre esse tema? Está bem, vou
956 passar para a Marcela.

957 **Sra. Marcela Moraes (Diretora do DSISNAMA)** – Só para contextualizar que a gente
958 recebe as propostas de [ininteligível] da tripartite para o Ministério e hoje a gente está
959 com a presença da Rejane e do Fábio Chicuta, que são o DBFlo. O Fábio, em seguida,
960 vai apresentar também o Programa de Manejo Comunitário e Florestal Familiar e
961 Comunitário. E a ideia é que, como são iniciativas que estão sob a lente de coordenação
962 da diretora Fabíola, que a gente tivesse a oportunidade de ter um olhar sobre como essa
963 agenda está avançando e da relação com estados e municípios. O ideal era sempre que
964 a gente, na preparação, conseguisse também trazer experiências estaduais e municipais,
965 mas eu acho que isso pode vir em contínuo. Vocês vão compartilhar, como estão
966 lançando os programas. Seria bacana que a ABEMA e a ANAMMA buscassem também
967 identificar iniciativas que são paradigmáticas, que já vêm sendo feitas nessa agenda da
968 restauração, porque a gente conversou que seria muito bom também ter essa
969 possibilidade de troca, de pensar em intercâmbio de experiências nesse sentido. Então,
970 é um pouco da razão de a gente ter trazido essas apresentações aqui para hoje. E aí a

971 gente pode pensar em desdobrar a mente para que esse debate também tenha
972 continuidade.

973 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Obrigado, Marcela.
974 Fábio, você.

975 **Sr. Fábio Chicuta (Coordenador Geral de Manejo e Uso Sustentável de Florestas**
976 **SBio/MMA)** – Marçal, obrigado a todos os colegas. A gente agradece o espaço de
977 abertura para a gente poder fazer um diálogo que realmente é seu ponto principal como
978 no programa de manejo. Uma coisa que a gente está pensando aqui, como governo
979 federal, mas o que a gente quer, o que a gente realmente precisa são esforços nacionais.
980 Então, acho que é um pouco a gente trazer a proposta, a gente não está no mesmo
981 momento do PLANAVEG, a gente está no momento de elaboração da proposta, está em
982 uma reta final de elaboração, e também vamos tentar pensar em como a gente
983 implementa o programa. Meu nome é Fábio Chicuta, eu sou coordenador geral em
984 florestas. A gente traz aqui uma proposta em parceria com o Serviço Florestal e com
985 diversos institutos que estão aqui, como o ICMBio, o IBAMA, e as secretarias do
986 Ministério, e alguns outros ministérios vinculados. Então, em primeiro lugar, a gente teve,
987 já teve um programa, esse é um programa federal, e a gente, hoje, reavaliando atrás, a
988 gente percebe que o plano de estados e municípios deveriam estar presentes nessa
989 agenda. E a gente está falando de cerca de 17%, 18% do território brasileiro. Isso está
990 sobre responsabilidade de comunidades próximas que aportam esse programa. Então,
991 boa parte disso está em terras indígenas, está sobre responsabilidade de gestão
992 compartilhada com o governo federal, porém, vai além, a gente tem diversas unidades
993 de conservação, assentamentos que estão a nível estadual e municipal, que a gente
994 precisa compartilhar um pouco essas preocupações e ajudar nesse esforço que é como
995 viabilizar as cadeias produtivas que fazem uso da biodiversidade. Então, obviamente, o
996 que a gente está trazendo aqui é o que está dialogado com a agenda da biodiversidade,
997 mas vai além, contribuir para o Brasil, que é o que nós achamos que devemos ter como
998 clima e desenvolvimento das comunidades tradicionais. Próximo, por favor. A gente está
999 trabalhando... Mais um, por favor. Estamos trabalhando a partir de uma demanda
1000 recebida pela Sociedade Civil de retomada desse programa, então, e que tem como vista
1001 só para... pensando nas áreas que estão sob gestão federal ou gestão universitária

1002 federal, cerca de 158 milhões de hectares, dividido em algumas tipologias, como vocês
1003 podem ver, unidades de conservação, terra indígena e assentamentos. O próximo, por
1004 favor. Agora, obviamente, para poder desenvolver essas cadeias produtivas,
1005 principalmente quando a gente está falando de uma floresta vinculada a cadeias
1006 produtivas de madeira, a gente tem diversos desafios para serem vencidos, desde
1007 estabelecer essa técnica, conseguir cumprir todos os requisitos legais, enfim, eu não vou
1008 entrar nos detalhes, mas... Para quem é empresa já não é algo trivial, não é simples de
1009 ser feito, porém, ela é uma estratégia muito importante de ser discutida, porque as
1010 comunidades, elas dependem também dessa madeira, não somente para gerar renda,
1011 mas principalmente para a sua própria subsistência. Então, um exemplo simples que a
1012 gente tem é o que acontece nas terras indígenas. Muitas vezes, as comunidades
1013 precisam usar, elas precisam desdobrar madeira que é extraída na própria terra indígena
1014 para uso deles, mas para fazer isso, o maquinário está tudo fora. E hoje, qualquer
1015 operação que sai, essa madeira da terra indígena para voltar depois para o benefício
1016 próprio, ela é legalmente enviada, hoje que a gente não tem um programa, algo que
1017 possa dar suporte ou apoio a essas iniciativas. Então, ao mesmo tempo que a gente tem
1018 diversos desafios, que eles também perpassam por questões de contrato, são realidades
1019 que ocorrem, por exemplo, em comunidades de conservação e reservas extrativistas,
1020 que sofreram de as comunidades terem uma capacidade assimétrica com a outra parte,
1021 ter contratos injustos, que geram muito ônibus para as comunidades, a responsabilidade,
1022 porém, às vezes, o direito deles fica diminuindo, não fica diminuindo, mas eles são
1023 prejudicados em uma relação injusta. E, ao mesmo tempo, o que a gente está buscando
1024 são oportunidades que possam relevar não só a conservadoria e a diversidade, mas
1025 possam gerar renda e agregar valor nessas áreas. O próximo, por favor. Então, por isso,
1026 a gente traz aqui a questão, a proposta de um programa nacional de manejo florestal,
1027 comunitário e familiar. Ele foi construído por um grupo de trabalho instituído dentro do
1028 Ministério do Meio Ambiente, com presença de quatro secretarias, um Serviço Florestal
1029 Brasileiro, ICMBio e IBAMA, e, nesse processo, incluímos também o Ministério do
1030 Desenvolvimento Agrário, e o INPE, responsável pelos assentamentos, o MPI, o
1031 Ministério dos Povos Indígenas, e a FUNAI, como gestora dessas áreas das terras
1032 indígenas. E, a partir disso, fizemos consultas em oficinas de trabalho dentro de diversos
1033 setores e também com coletivos que representam povos, comunidades tradicionais e

1034 povos indígenas. O próximo, por favor. Mais um, por favor. A gente construiu, então, uma
1035 minuta de decreto presidencial e acho que o principal ponto que a gente quer trazer aqui
1036 é o seguinte, que a ideia central, o arranjo de execução dele, ele tem que ser
1037 implementado pela União em regime de cooperação com Estados, municípios e Distrito
1038 Federal, organizações da sociedade civil e propriedades e entidades privadas. O que a
1039 gente busca? Para que vem esse decreto? Ele vem para instituir um programa que vai
1040 fazer o fomento ao manejo florestal comunitário e que resulte em conservação ambiental
1041 e geração de renda. E aqui a gente está falando de produtos madeireiros, não
1042 madeireiros em serviços ambientais, está bem? Buscando um pouco a lógica de agregar
1043 a cesta de produtos possíveis nessas comunidades que já está na lógica deles, eles não
1044 trabalham com apenas a madeira, eles vão trabalhar com isso aí, se tiver mercadinho vai
1045 trabalhar com outros produtos de uma forma integrada, está bem? E como beneficiário a
1046 gente tem os povos indígenas, povos e comunidades tradicionais em seus diversos
1047 segmentos e agricultores assentados da Reforma Agrária. O próximo, por favor. Então,
1048 para isso, pensando que ele é um público que nem sempre teve o acesso à informação,
1049 ou ainda não tem o acesso qualificado a essa informação, a formação também, o
1050 programa prevê diversos princípios e diretrizes, então, buscando assegurar os direitos
1051 em diversos aspectos dos povos e comunidades tradicionais beneficiários. O próximo,
1052 por favor. E aí, o programa ele traz como objetivo um primeiro objetivo que ele é uma
1053 visão que pensa numa economia numa escala maior, está bem? Não somente que esses
1054 territórios possam estar trabalhando como a subsistência das comunidades, mas para
1055 também o desenvolvimento do país, o desenvolvimento regional. Então, para isso, são
1056 necessários outros objetivos também, que é o fortalecimento desses empreendimentos
1057 de base econômica. A estruturação de negócios justos e sustentáveis. O próximo, por
1058 favor. Aí pensando na cadeia produtiva como um todo, não obstante isso, a gente precisa
1059 ter um fortalecimento da governança, tanto no aspecto nacional, estadual, regional, mas
1060 também como local, pensando também na questão produtiva e territorial. Além disso, a
1061 gente precisa fazer uma parte que está falando mais um outro objetivo, que está
1062 pensando na gestão do conhecimento, na inovação, na pesquisa para o desenvolvimento
1063 da cadeia produtiva. O próximo, por favor. Então, para tanto, a gente prevê diversos
1064 instrumentos que estão, desde dar apoio, que são os primeiros, a assistência técnica,
1065 assessoria, entrando na parte de financiamento, IP-crédito, pagamento de serviços

1066 ambientais, incentivos fiscais e tributários, pensando na cadeia produtiva também como
1067 que as compras públicas governamentais e contratos éticos e transparentes viabilizam
1068 essa produção e, por último, a formação profissional e a pesquisa inovação científica e
1069 tecnológica. O próximo. E, voltando um pouco aqui, então, assim, esse momento, o
1070 decreto, ele vai prever a criação do programa. Agora, a sua implementação, ela vai ser
1071 em forma de planos plurianuais de quatro anos. E para a entrada dos planos plurianuais,
1072 que é muito importante a gente estar aqui com vocês dialogando, pensando em como
1073 que a gente consegue apoio dos estados, dos municípios, principalmente dessas áreas
1074 que têm maior aptidão para esse trabalho. A gente está falando principalmente de
1075 Amazônia e da Caatinga, que são os primeiros biomas que a gente está pensando para
1076 a implementação do programa. Obviamente que no programa nacional ele pode atuar em
1077 outras áreas, mas são as áreas que já têm um certo esforço de cadeias produtivas que
1078 já estão instaladas nesses dois biomas. Mas que é interessante pelo seguinte, a gente
1079 vai estar, aqui sim o programa ele aterriza, você vê que o programa até agora só trouxe
1080 instrumentos, objetivos. Aterrizar, quais são as metas, as ações, cronograma de atuação,
1081 vai ser no plano, como se fosse o que está ocorrendo agora. E isso, um cuidado especial
1082 que a gente está tomando também, obviamente, de fazer isso em sinergia às diversas
1083 outras políticas, maior parte delas que estão, inclusive, aqui nessa casa do Ministério do
1084 Ambiente. O próximo, por favor. Os recursos, eles vão funcionar, vão ser principalmente
1085 a parte de recursos da União, do Governo, incluindo fundos, doações, recursos
1086 internacionais, todas as formas possíveis, está joia? Pode passar para o próximo. E a
1087 governança acho que é um outro ponto que a gente está debatendo aqui, está pensando
1088 em conjunto. A gente inicialmente já pensou na ANAMMA, pensou na ABEMA para estar
1089 participando. A gente quer verificar com vocês se são as instâncias, se tem outras
1090 gestões, outras formas de a gente estar trabalhando, porque essa governança tem que
1091 ir além do Governo Federal e também com as comunidades, com os beneficiários, mas
1092 também as instituições da sociedade que apoiam as instituições que trabalham nas
1093 cadeias produtivas. Agora, isso teria que vir, esse seria um próximo passo. Ele não
1094 entraria no decreto agora pela nova legislação. Isso entrará somente após que sair o
1095 decreto, então a gente tem um folegozinho ainda de tempo para poder fazer essa
1096 discussão. Próximo, por favor. Pode passar. Pode passar esse também. Só mais um, por
1097 favor. Só um ponto adicional de agendas que a gente está trabalhando agora e são

1098 elaboração também de um plano de investimento. A ideia é que a gente não consiga
1099 realmente tirar o problema do papel, não seja somente a gente estar tendo um decreto,
1100 mas postular-se em ter uma estratégia conjunta com os estados, municípios, com outras
1101 instituições do governo federal, com a sociedade civil, para que a gente realmente tenha
1102 efetividade. A gente sabe que o tema dessas cadeias produtivas é extremamente difícil
1103 e espinhoso, mas a gente realmente precisa ter muito esforço coordenado. Então, acho
1104 que a ideia de a gente estar vindo aqui discutir com vocês, a gente trazer um pouquinho,
1105 vocês trazer um pouco de insumos, a visão de vocês, de como que a gente consegue
1106 aterrissar. Acho que a gente fazer um projeto federal é mais fácil, mas o projeto nacional
1107 realmente é o que vai dar vazão, é o que vai conseguir trazer uma capilaridade e chegar
1108 até as pontas, que a gente consiga juntar um esforço coletivo nesse trabalho. Obrigado.

1109 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Fabio, excelente.
1110 Eu que conheço a Caatinga e tenho visão do Nordeste muito, muito, muito do coração.
1111 Nós estamos com um programa da UNICAFES, uma unidade com o MDA, do plantio já
1112 de um milhão de espondias na Caatinga. A espondia, Umbu-Cajá, a cajarana, é a
1113 cajazinha, é o taperebá, é toda a região. Ela dá do mar à Amazônia. Já tem esse
1114 programa que encaixa como uma luva nessa ação. Pois passarei o contato com o Luciano
1115 da Caatinga que ele já possa fazer a integração dessa ação da Caatinga com os
1116 municípios na área de Bonfim e Gouveia, lá de Alagoas, realmente na Caatinga onde
1117 está tendo a desertificação e está vindo o momento que o MDA está produzindo. Ele
1118 pede Umbu-Cajá, só há tempo de explicação, produz seis caixas de Umbu-Cajá e as
1119 empresas compram cada caixa por R\$50 reais. É uma forma de fazer venda para aquelas
1120 pessoas lá da Caatinga e parar o desmatamento e parar retirar a madeira para fazer
1121 carvão. Então, assim, já está pronto para ser implantado. Então, elas já vêm fazer o
1122 encaixe nesse programa. Tomas, é um prazer imenso receber o prazer em revê-lo.
1123 Alguém quer fazer alguma pergunta? Mauren?

1124 **Sra. Mauren Lazzaretti (Presidente da ABEMA- Secretaria de Meio Ambiente de**
1125 **Mato Grosso -Sema)** – Fábio, eu queria fazer uma sugestão. Estava aqui pensando.
1126 Existem algumas iniciativas no âmbito dos estados sobre manejo comunitário,
1127 principalmente nos estados da Amazônia. E eu acho que seria interessante até para que
1128 essa resposta não ficasse exclusiva, no caso aqui, poderia expor a visão do estado de

1129 Mato Grosso, até, porque a gente tem discutido com o Serviço Florestal sobre isso.
1130 Taveira está aqui. Existe manejo comunitário no Amazonas. Mas eu acho que a intenção
1131 da provocação é ampliar esse debate e nós chegamos a outros, vamos dizer assim, a
1132 todos os biomas, talvez. Óbvio que a gente vai ter uma concentração maior, eu acho, nos
1133 estados da Amazônia. Eu queria ver se você tem disponibilidade de falar um pouquinho
1134 rapidamente sobre isso na nossa reunião de quinta-feira da ABEMA, por vídeo mesmo.
1135 Que aí a gente poderia fazer essa provocação e talvez no âmbito da ABEMA criar um
1136 grupo de trabalho rápido para que a gente faça internamente uma análise sobre isso e
1137 depois faça contribuições mais pontuais. Talvez indicar alguns estados-chave para fazer
1138 essa interlocução com vocês. Acho que isso seria salutar para a contribuição dentro do
1139 plano nacional. Ok? Se a gente puder, depois eu ia pedir para você ajustar com a Magna.
1140 É rápido, é só uma intervenção para que você possa sinteticamente apresentar e isso
1141 gera a provocação interna na reunião para que nós façamos o GP. Pode ser?

1142 **Sr. Marcelo Marcelino (Diretor do Instituto Chico Mendes- ICMBio)** – Eu sinto falta
1143 nos objetivos e eu penso no decreto para expressar a conservação nos objetivos. Não
1144 sei o instrumento de conservação, mas gosto de expressar isso no decreto. É
1145 superimportante.

1146 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Tem mais para
1147 falar alguém? Pedro? Mais alguma pergunta? Fazia logo todas e... Pode responder.

1148 **Sr. Pedro Cunha e Menezes (Diretor - DAP/MMA)** – Mauren, obrigado pelo convite,
1149 pela sugestão. Eu esqueci de mencionar, a gente conseguiu fazer [ininteligível] laterais,
1150 inclusive, com o Taveira na semana passada, mas eu acho que o que falta realmente é
1151 isso, é essa expansão, a gente não olhar com o nosso olhar do que a gente já sabe.
1152 Obrigado pelo convite, quinta-feira estaremos juntos. Marcela, obrigado pela sugestão.
1153 O que a gente colocou como conservação entraria logo no início [ininteligível] do
1154 programa como um todo, que ele ficou em geração de renda e conservação da
1155 biodiversidade, então, a gente entende que de uma certa forma está contemplado, mas
1156 fico grato pela sugestão. A gente tinha mais objetivos, porém, em consulta à Casa Civil,
1157 eles falaram assim, não, dá uma maneira nisso, porque para não inchar muito.
1158 Obrigado pela sugestão. Pedro, em relação a arranjos financeiros de investimento em

1159 propriedade privada, aí que a gente está tratando, a maior parte do manejo, ele vai estar
1160 em área pública, em alguns caso ele vai entrar em assentamentos em áreas privadas.
1161 Então, assim, ele é possível, mas aí tem algumas limitações dependendo da fonte do
1162 recurso, ele tem mais limitações para a gente poder fazer investimentos, ao mesmo
1163 tempo essas áreas, esses assentamentos que estão em áreas privadas, muitas vezes
1164 são os que tem maior capacidade, maior dinamismo para poder captar recursos, mas a
1165 gente sabe que o investimento para infraestrutura, ele é muito elevado. A gente ainda
1166 carece de adequações em linhas de financiamento para ter uma melhor qualidade,
1167 melhor acesso. E aí em relação aos corredores, eu acho que ele está fisicamente ligado,
1168 a gente vai ter, obviamente, áreas mais conservadas em unidades de conservação, mas
1169 neste momento que a gente está [ininteligível] o objetivo do programa, a gente entende
1170 que é mais fácil ter essas áreas, elas estão bem conservadas, algumas delas podem ser
1171 áreas [ininteligível], podem ter de conectividade. Ao mesmo tempo a gente é um toma lá
1172 dá cá ainda, porque a gente depende muito para poder [ininteligível] o manejo florestal,
1173 organização comunitária, eles terem o mínimo de infraestrutura etc. Então, a gente não
1174 consegue direcionais muito recursos para eles ajudarem a formar corredores, mas aí
1175 principalmente quando pensar em uma forma de descerem pontos principais que a gente
1176 requer conectividade em outras áreas, eles funcionam bem, está bem? Manejo florestal
1177 a gente tem mais de 90% da área que está sendo trabalhada, ela está intacta e ela tem
1178 um tempo de regeneração entre cada um dos [ininteligível], então, de uma forma geral
1179 ela tem uma biodiversidade muito elevada, [ininteligível] devido a essa questão do
1180 mosaico que estava se formando localmente. Então, acho que integra muito bem com o
1181 nosso propósito de conectividade as áreas.

1182 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Taveira, pode fazer
1183 a pergunta.

1184 **Sr. Eduardo Costa Taveira (Secretário do Meio Ambiente do Amazonas - Sema)** –
1185 Não, não, não tenho pergunta não, estava acompanhando só aqui. Fábio, abraço, valeu,
1186 a reunião aqui foi ótima, aqui no Estado.

1187 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Beleza, mais
1188 alguém quer fazer alguma pergunta? Valeu, Fábio, parabéns, muito obrigado pela

1189 excelente apresentação e novo desafio [ininteligível]. Agora vamos ouvir o Jorge Abraão,
1190 on-line, que vai falar sobre os índices das cidades sustentáveis e estudos feitos pelo
1191 Ministério, o DEMU, o SBA e o MMA, e o Instituto Cidade Sustentável. Jorge, você está
1192 on-line?

1193 **Sr. Jorge Abraão (Instituto Cidades Sustentáveis)** – Eu estou aqui, vocês estão me
1194 ouvindo bem? Olá, vocês estão me ouvindo bem?

1195 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Ainda tem o
1196 Maurício, não é? O Maurício também vai participar.

1197 **Sr. Mauricio Guerra (Diretor do Departamento de Meio Ambiente Urbano**
1198 **DMUR/MMA)** – Sim, eu queria só... Muito bem, Maçal, Ricardo, Jorge, eu queria só fazer
1199 a apresentação do Jorge aqui, para a gente ter a oportunidade de fazer a nossa
1200 apresentação. Ricardo, Capobianco, muito bom dia, muito bom dia a todos, Mauren,
1201 Nelson, Maçal, é um prazer estar com todos vocês. A gente... Me perdoem não estar hoje
1202 presente, estamos participando hoje do Fórum Latino-Americano Caribenho de Florestas
1203 Urbanas, aqui em São Paulo. E a gente hoje gostaria de apresentar aqui para vocês, para
1204 essa comissão tripartite, um dos instrumentos em que a gente está apoiando, a partir de
1205 ementa parlamentar, da Comissão de Meio Ambiente [ininteligível] Nacional.

1206 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Dá para falar um
1207 pouco mais alto, Maurício? Perto do microfone.

1208 **Sr. Mauricio Guerra (Diretor do Departamento de Meio Ambiente Urbano**
1209 **DMUR/MMA)** – A gente está realmente com uma grande dificuldade aqui, me perdoem.
1210 Conseguem ouvir? Vou tentar aqui falar o máximo, assim está melhor ou não? Continua
1211 ruim. Doutor Maçal, está ruim ainda?

1212 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Não, está dando
1213 para ouvir.

1214 **Sr. Mauricio Guerra (Diretor do Departamento de Meio Ambiente Urbano**
1215 **DMUR/MMA)** – Você consegue me ouvir, mais ou menos? Bom, então vou ser bem breve
1216 aqui. A questão... A partir de uma emenda parlamentar, a gente tem um projeto de

1217 desenvolvimento de apoio ao Índice de Desenvolvimento Sustentável, que faz o
1218 levantamento dos 17 ODS e sua implementação nas cidades brasileiras, que é um
1219 instrumento que foi desenvolvido pelo ICS. Juntamente com esse projeto, estamos
1220 avaliando a aplicação desses índices na região amazônica e fazendo o levantamento de
1221 boas práticas relacionadas à aplicação desses índices de ODS no que diz respeito à
1222 vocação direta do índice para as questões das cidades sustentáveis. Então, com os
1223 indicadores relativos a esse foco na questão ambiental. A gente observa que esse é um
1224 importante instrumento de apoio à implementação das políticas públicas de
1225 sustentabilidade nas cidades e nos estados. E, por esse motivo, a gente resolveu apoiar
1226 a iniciativa e estamos fazendo estudos que vão orientar a melhor aplicação dessa política
1227 pública nas cidades, inclusive, na região amazônica, analisando os processos de
1228 impacto, o processo de desmatamento, nas regiões urbanizadas. Então, eu passo aqui
1229 imediatamente a palavra para o Abraão, que vai fazer a apresentação do índice. Um
1230 grande abraço a todos.

1231 **Sr. Jorge Abraão (Instituto Cidades Sustentáveis)** – Bom dia.

1232 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Jorge, tem dez
1233 minutos, que nós estamos com um tempo muito exíguo.

1234 **Sr. Jorge Abraão (Instituto Cidades Sustentáveis)** – Bom dia. Estão me ouvindo?
1235 Sim?

1236 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Estamos ouvindo
1237 bem.

1238 **Sr. Jorge Abraão (Instituto Cidades Sustentáveis)** – Legal. Bom, obrigado, Maurício,
1239 pela introdução. Bom dia, Capobianco, bom estar com vocês aí. Bom dia, Marçal e todas
1240 e todos presentes na reunião aqui da Comissão Tripartite. A gente parte de uma ideia...
1241 O Instituto Cidades Sustentáveis foi criado em 2007 e o nome já diz que a gente trabalha
1242 com cidades. E a gente parte da ideia de que em um país tão urbanizado como o Brasil,
1243 com quase 90% da população vivendo em cidades, as cidades têm uma importância
1244 muito grande na relação com o meio ambiente e no enfrentamento da mudança climática.
1245 Esse entendimento contempla a ideia de que a melhoria, digamos assim, das cidades, a

1246 melhoria estruturante das cidades, o enfrentamento da pobreza, a educação de
1247 qualidade, a geração de oportunidades de trabalho e renda reduzirá a pressão em relação
1248 ao desmatamento e à predação da biodiversidade de uma forma geral, porque poderá
1249 gerar oportunidades que hoje são atraídas dessas pessoas pelo trabalho ilegal no
1250 garimpo, na questão da madeira, enfim, e uma série de outros temas. Então, a
1251 estruturação, uma visão mais integrada das cidades é fundamental nesse ponto. E, no
1252 fundo, a gente trata da territorialização, do enfrentamento à mudança climática de uma
1253 maneira integrada em todas as suas dimensões. Acho que foi a partir dessa visão que a
1254 gente dialogou, começou a dialogar com o Ministério do Meio Ambiente, com o
1255 Capobianco, e logo a seguir, dentro do Ministério do Meio Ambiente, com a Secretaria
1256 Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental, com o Adalberto, com o
1257 Maurício, enfim, para poder avançar nesses temas que a gente está citando aqui. E a
1258 gente avançou nessa questão de um projeto, que é o Índice de Desenvolvimento
1259 Sustentável das Cidades, que vou tentar rapidamente apresentar para vocês aqui. Vou
1260 compartilhar para vocês terem uma noção, porque a gente entende que seria bastante
1261 importante, considerando o Ministério do Meio Ambiente, essa reunião, a ANAMMA, a
1262 ABEMA, a capacidade de convocação e comunicação que as instituições têm, para a
1263 gente poder, de alguma forma, ganhar velocidade e escala nas transformações, a
1264 capacidade indutora dessas entidades aqui presentes são fundamentais para a gente
1265 avançar. Então, estou compartilhando aqui, vou tentar passar rapidamente para vocês
1266 terem uma noção desse trabalho que está sendo desenvolvido em parceria com o
1267 Ministério do Meio Ambiente. Nós lançamos esse índice agora, no dia 1º de novembro,
1268 num evento aí no Ministério do Meio Ambiente, com a participação de várias instituições,
1269 na verdade, que estavam presentes, e a gente atualizou já dentro desse projeto, nessa
1270 relação que a gente tem com o Ministério do Meio Ambiente. Então, está ok? Vocês estão
1271 vendo aí a apresentação?

1272 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional) – Sim.**

1273 **Sr. Jorge Abraão (Instituto Cidades Sustentáveis) – Sim, ok.** Então, vou passando.
1274 Essa ideia das cidades eu já falei, quer dizer, de alguma maneira, tudo o que está
1275 acontecendo no mundo está aterrissando nas cidades, sobretudo num país como o
1276 Brasil, de uma forma geral. Aqui é a maneira como o Instituto trabalha. Ele tem uma visão

1277 de trabalhar a questão da redução das desigualdades, os eixos da redução das
1278 desigualdades, o enfrentamento à mudança climática, o aprimoramento da democracia.
1279 E a gente tenta integrar esses temas, porque a gente entende que eles estão totalmente...
1280 Um tem muito a ver com o outro e a gente tenta contribuir com as cidades para que elas
1281 tenham uma compreensão dos seus desafios. E aí esse primeiro item do entender a
1282 cidade. Depois a gente... E aí a gente tem algumas ferramentas para isso, o Índice de
1283 Desenvolvimento Acentuado das Cidades, que vou falar logo a seguir, os mapas de
1284 desigualdade que a gente tem nas cidades brasileiras e as pesquisas de percepção que
1285 fazemos com o IPEC para ter o olhar da população de uma maneira geral. Depois a gente
1286 tenta contribuir com uma implementação nas cidades. E aí existe uma plataforma já
1287 elaborada que tem 304 cidades que já aderiram a essa plataforma no Brasil, contando
1288 mais ou menos 50 milhões de pessoas nessas cidades. Então, a ideia é de contribuir com
1289 essa transformação. Os dados servem para contribuir com essa transformação e essa
1290 mudança nas cidades. E depois a gente tenta avaliar e monitorar esse progresso e esse
1291 avanço das cidades de uma forma geral. Vou passar para esse índice, que é o objeto
1292 dessa relação que temos com o Ministério do Meio Ambiente. Na verdade, ele foi
1293 inspirado em uma relação com a Organização das Nações Unidas, que faz um olhar para
1294 os países. E nós, nesse processo, a gente participa dessas reuniões da Organização das
1295 Nações Unidas e a gente pensou que nós poderíamos desenvolver isso para as cidades
1296 brasileiras. E, a partir daí, criamos uma parceria com a SDSN, que é uma instituição que
1297 trabalha para a ONU, com o SEBRAP na linha dos indicadores. Seleccionamos mais de
1298 300 indicadores, mas, a partir desses 300, identificamos como relevantes 100
1299 indicadores, distribuímos nos 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável e saiu um
1300 índice, Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasileiras, que mostra as cidades
1301 com seu nível de desenvolvimento sustentável de muito alto a muito baixo. É isso que a
1302 gente acabou avançando para estimular e tentar contribuir com a transição e os desafios
1303 que as cidades têm de uma maneira geral. Essa é a metodologia, as fontes de dados, as
1304 coletas de dados, a metodologia. Quem tiver interesse, podemos encaminhar isso para
1305 vocês de uma maneira mais detalhada. E aqui já vou entrando em como é que as cidades
1306 aparecem. Então, as cidades aparecem com esse olhar, na verdade. Aqui a gente pegou
1307 a cidade de Belém, não é que vai ser a sede da COP30 agora no ano que vem, mas é
1308 mais para vocês terem uma ideia. Então, esses 100 indicadores, eles estão traduzidos

1309 nessas cores dos ODS. Então, somente as cores já é possível você ter uma noção das
1310 prioridades nesse sentido. As cores vermelhas é, porque existem desafios muito grandes,
1311 está muito baixo, digamos assim, o nível desses ODS e os verdes são os que já estão
1312 mais altos nesses processos. Então, aqui já se dá para ter uma noção do que é prioritário,
1313 quais são os maiores desafios, onde são necessários programas, investimentos, políticas
1314 públicas, uma visão mais integrada, que, via de regra, os prefeitos e as prefeitas acabam
1315 não conseguindo ter, dada a atratividade que existe para as questões emergenciais na
1316 cidade. Então, esse olhar integrado é um primeiro olhar que a gente entende que é muito
1317 importante para as cidades avançarem. Aqui está a pontuação da cidade de Belém, 40
1318 em 100, ela é a 4.620 nas 5.570 cidades brasileiras e tem um desenvolvimento, um nível
1319 de desenvolvimento sustentável baixo dentro do Índice de Desenvolvimento Sustentável.
1320 Isso aqui é uma ideia de, se nós clicarmos, como as cidades podem trabalhar as suas
1321 questões, a gente selecionou aqui um ODS de saúde, não é? Mas a gente pode clicar
1322 nesse ODS e verificar, por exemplo, que a mortalidade infantil na cidade de Belém está
1323 ok, está melhor do que o índice recomendado pelas instituições, no caso aqui, pelo
1324 Sistema de Saúde do Brasil, não é? Então, ele está ok. Então, aqui é uma visão positiva
1325 da cidade do ponto de vista da mortalidade infantil, porque está abaixo. E a cobertura
1326 vacinal, por exemplo, é um desafio em Belém, porque ela está abaixo do recomendado,
1327 que é 95% da população. Esse tipo de olhar nós podemos ter nos 100 indicadores das
1328 cidades, que passa por todos os ODS, inclusive, a questão climática, evidentemente. A
1329 partir daí, a gente pode ter um outro olhar, que é o olhar comparativo das cidades. Então,
1330 nós podemos comparar as cidades. Aqui, no caso, a gente está comparando cidades de
1331 grande porte, de médio e de pequeno porte, porque elas têm tipologias, evidentemente,
1332 diferentes e desafios diferentes, e a gente consegue ver quais são as cidades que estão
1333 melhores colocadas no Brasil na pontuação e as cidades que estão com o menor nível
1334 de desenvolvimento sustentável, com a ideia de estimular. Daí a importância de estados,
1335 não é, do país, de uma maneira geral, tendo esse olhar, mas também de estados, não é,
1336 da federação e também as próprias cidades. E esse é o terceiro grande olhar que o índice
1337 traz, eu diria. Porque aqui estão todas as cidades brasileiras, esses branquinhos são, na
1338 verdade, todos os 5.570 municípios, nós conseguimos levantar isso para todas as
1339 cidades brasileiras, e o Brasil, com isso, é o único país do mundo que tem todas as suas
1340 cidades monitoradas nesses 100 indicadores, não é? O que a gente entende que é um

1341 ativo muito grande do país, e foi esse olhar que acabou a gente discutindo junto com o
1342 Ministério do Meio Ambiente, porque chama muito a atenção essa questão, por exemplo,
1343 dos municípios que estão localizados aqui na Amazônia, com a quantidade de cidades
1344 que existem ali, em torno de 30 milhões de pessoas, com quase 70% vivendo em cidades.
1345 O desafio que a gente tem para enfrentar os problemas de desmatamento e da
1346 biodiversidade é estruturar essa transformação das cidades de uma forma geral. Eu não
1347 tenho muito tempo para estar mostrando as análises, mas tudo isso é uma questão que
1348 nós, evidentemente, temos, está disponibilizado, está junto com o Ministério do Meio
1349 Ambiente, essas questões que nós podemos avançar. Aqui uma ideia de recortes. Nós
1350 podemos recortar por biomas, não é? A gente consegue ver, por exemplo, o grande
1351 desafio que a gente tem no bioma amazônico que está aqui, porque nós temos, na
1352 verdade, das 100 cidades que têm uma colocação mais baixa no índice, os maiores
1353 desafios, 73 estão no bioma amazônico, então a gente consegue ver como é importante
1354 estar enfrentando isso, e isso, inclusive, é objeto desse trabalho que estamos fazendo
1355 junto com o Ministério do Meio Ambiente e com a Universidade de Brasília. Podemos
1356 olhar por estados, na verdade, aqui, então por regiões, por estados, como é que as
1357 cidades dos estados estão, a gente consegue ver claramente aqui uma diferença entre
1358 esses níveis de desenvolvimento, e podemos também olhar por grupo de cidades, que é
1359 o caso de que estamos analisando as cidades, por exemplo, do PPCDAm, do arco do
1360 desmatamento, que é o que aparece aqui nesses slides. Essa é uma das questões que,
1361 além da atualização desses índices, nós estamos trabalhando com a Secretaria Nacional
1362 de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental. Quer dizer, isso aqui é um ponto que
1363 é uma ferramenta que permite que a gente agrupe essas cidades, por exemplo, do
1364 PPCDAm, do arco do desmatamento, e consiga entender o que está acontecendo com
1365 essas cidades. Mas a gente poderia selecionar outras cidades para poder verificar... Se
1366 a gente quiser pegar o bioma da Mata Atlântica, se a gente quiser pegar um grupo de
1367 cidades específicas que geram mais desmatamento, é só você selecionar regiões,
1368 biomas e estados e avançar que a gente vai conseguir esse mapa, digamos assim. Então,
1369 ele é uma ferramenta que é um painel adaptável em que a gente consegue verificar os
1370 desafios das cidades que estão nos locais que a gente bem entender. Então, isso é uma
1371 coisa que a secretaria, o Ministério do Meio Ambiente tem e pode estar acionando para
1372 poder fazer os recortes. Esse é um olhar, para vocês terem uma noção, de um estado,

1373 mas, evidentemente, a gente pode fazer isso para todos os estados brasileiros, mas aí a
1374 importância, digamos assim, de trabalhar a federação e também o desafio dos estados
1375 de uma forma geral. E a ABEMA, nesse sentido, pode ter um papel muito importante
1376 nessa difusão, nós entendemos, dada a sua capacidade que ela tem de convocação e
1377 comunicação. Mas aqui, só para dar o exemplo do estado da Bahia, essas são as cidades
1378 do estado da Bahia e a gente consegue selecionar aqui quais são os municípios com o
1379 melhor nível, com o nível menor de desenvolvimento sustentável de uma maneira geral
1380 e pode selecionar um indicador. A gente, nessa segunda linha aqui, tem o indicador de
1381 idade média ao morrer. E a gente observa que tem cidades na Bahia que têm uma idade
1382 média ao morrer de quase 80 anos, no caso de Cordeiros e Abaíra, por exemplo. E aqui
1383 temos cidades com 50 anos de idade média ao morrer, o que denota uma desigualdade
1384 muito grande dentro do próprio estado. E como é que a gente pode trabalhar isso? Uma
1385 outra ferramenta importante que a gente tem é a que mostra como, desde 2015, as
1386 cidades estão avançando ou não no desenvolvimento sustentável. E quais são os
1387 desafios que elas têm para chegar até 2030? E essa área cinza é a área dessa nova
1388 gestão que está começando agora. Então, nesse sentido, a ANAMMA, a relação que tem
1389 com os municípios é fundamental, porque a gente pode estar trabalhando cada um
1390 desses ODS e os desafios que existem nessa gestão. Não é necessário chegar no ponto
1391 mais alto, mas, durante a gestão, existe um desafio claro para ser atingido dentro do
1392 estado. Aqui, um recorte do estado da Bahia, para vocês terem uma noção, em cada um
1393 dos ODS. Então, dá para a gente ver claramente que os que estão mais verdes já estão
1394 melhores encaminhados, os que estão mais vermelhos são os que têm mais desafios, o
1395 que estão nesse meio termo, o desafio da pobreza, por exemplo, no estado da Bahia, o
1396 desafio da fome, onde é que é o foco, digamos, de atuação. E isso pode determinar,
1397 evidentemente, a definição de prioridades. Eu já estou caminhando para o fim aqui, mas
1398 aqui estou dizendo... Os ODS, só dando um exemplo de como é que a gente pode olhar
1399 os ODS indicadores, vou passar rapidamente pelo ODS 12, 13 e 15, mas você consegue
1400 ver, por exemplo, no ODS 12, como é que o país está, de uma maneira geral, nesse
1401 ODS. Então, temos o índice de desenvolvimento aqui, desse lado, e aqui, desse lado, a
1402 questão do ODS 12 de produção e consumo. E aqui a gente consegue ver a recuperação
1403 de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente. Então, esse é o indicador desse
1404 mapa aqui, os desafios que temos a partir daí, e também onde estão as cidades de

1405 referência, por exemplo, em amarelo e verde. Isso é uma coisa que a gente pode estar
1406 utilizando muito nesse processo. Nesse ODS 12, a gente pode também selecionar os
1407 melhores municípios, os que estão com menor pontuação. E também podemos fazer
1408 esses melhores e piores municípios na recuperação de resíduos sólidos urbanos
1409 coletados seletivamente. Então, a ferramenta dá uma condição muito grande de a gente
1410 estar identificando os problemas da cidade nos temas que nós bem entendermos. No
1411 ODS 13, por exemplo, esse aqui é o olhar do índice, digamos assim, na questão da ação
1412 climática, e aqui é um indicador, que é o de estratégias para a gestão de riscos e
1413 prevenção a desastres ambientais. Olha como é que a gente tem isso nas cidades
1414 brasileiras, que são aqueles 25 itens. Não é que, de alguma forma, trabalham com isso,
1415 com mapeamentos de área de risco, com planos de contingência, com sistemas de alerta.
1416 Enfim, nós podemos selecionar cada indicador, ver quem está melhor, quem está pior, e
1417 seguindo nessa direção, a gente consegue achar o que for necessário. Estou correndo
1418 aqui por causa do tempo. O ODS 15, por exemplo, a mesma coisa. A gente pode olhar a
1419 proteção da vida terrestre, no caso aqui, e um indicador específico, que é a questão das
1420 unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável. Então, é essa dinâmica
1421 de melhores, piores, onde estão os grandes desafios, em cada um dos indicadores. E
1422 aqui, como eu bem disse, a gente consegue também olhar cada cidade e cada cidade
1423 dos estados, como elas estão indo e quais os desafios que cada um dos ODS tem. E
1424 aqui, em cinza, há a questão da gestão, que vai entrar agora em 2025, que nós
1425 entendemos que é uma oportunidade que a gente tem de trabalhar essas novas gestões
1426 para estarmos sensibilizando essas gestões em relação a isso. Aqui é o balanço dos
1427 ODS, é o que a ferramenta pode ter. A gente pode ter um balanço de cada um dos ODS,
1428 ver como melhorou, os que pioraram. Nós conseguimos ver, nesse último ano, uma
1429 melhoria em vários ODS, o que é muito interessante, mesmo que não tenha sido uma
1430 melhoria substancial na maioria deles, mas é um movimento que a gente consegue
1431 entender que está ocorrendo. E a gente consegue fazer um balanço dos ODS de um ano
1432 para o outro, que foi o caso dessa apresentação aqui junto com o Ministério do Meio
1433 Ambiente, nas diferentes regiões, o que melhorou e o que piorou mais, o que melhorou
1434 mais na região Centro-Oeste, na Nordeste, no Norte. Enfim, são análises que são
1435 permitidas. Aqui é a evolução do índice entre 2015 e 2024 em todas as cidades
1436 brasileiras. O 2015 é, porque é a data de lançamento da Agenda 2030, e ela é a base de

1437 comparação que nós estamos tendo. E, para finalizar, só mostro algum tipo de política
1438 pública que, a partir dessa coleta de dados, a gente consegue estar avançando. Digo que
1439 aqui é a questão do estado do Rio Grande do Sul. A gente consegue ver aqui todas as
1440 cidades em azul que foram impactadas pela enchente no Sul, e aqui a gente levantou
1441 aquele indicador de capacidade de gestão de risco e prevenção aos eventos climáticos.
1442 A gente consegue ver que, tão em vermelho, as cidades que não fizeram, quer dizer,
1443 fizeram menos do que a metade dessa gestão de risco, que são os 25 itens que as
1444 cidades têm. E, se a gente sobrepuser um mapa em cima do outro, a gente percebe que
1445 há um desafio grande nas cidades e que elas poderiam ter contribuído, evidentemente
1446 não para que o problema tivesse acontecido, mas para minimizar os impactos que
1447 ocorreram. E esse é um desafio que a gente tem pela frente para poder estar nessas
1448 gestões avançando. Aqui existe uma política de desigualdade que foi feita na cidade de
1449 São Paulo, em que a prefeitura, a partir desses dados de desigualdade que existem
1450 claramente dentro dessa cidade, que é a cidade mais rica do país, houve uma
1451 sensibilização, a sociedade civil se mobilizou e a prefeitura fez uma política em que se
1452 compromete a investir um percentual maior dos recursos públicos nos distritos com
1453 menor nível de desenvolvimento sustentável. Então, esse tipo de coisa é que pode estar
1454 havendo e que, no médio e longo prazo, nós podemos, de alguma maneira, estar
1455 encaminhando à redução dessas desigualdades. E aqui, no campo da participação, é
1456 fundamental essa visão da sociedade, o estímulo a comissões municipais dos ODS, o
1457 estímulo à participação da sociedade de uma forma geral, o estímulo a relatórios locais
1458 voluntários, que são fundamentais para as cidades estarem avançando nessa direção. E
1459 aqui eu paro, mas diria, só para fechar, que é muito importante, digamos assim, que, a
1460 partir do Ministério do Meio Ambiente, desse apoio que está havendo claramente a esse
1461 tipo de projeto, a gente conseguisse, de alguma maneira, e a ANAMMA aqui presente, a
1462 ABEMA presente também, e todas as áreas do Ministério que aqui estão, que a gente
1463 pudesse contar com vocês também para uma difusão desse trabalho para que a gente
1464 conseguisse mobilizar o maior número de cidades possível na direção desse avanço,
1465 dessa transição que é fundamental para todos nós. Parei de falar. Muito obrigado pela
1466 atenção.

1467 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Jorge, estou aqui
1468 muito, mas muito agradecido por essa apresentação. Ela é um balizador, tanto para as

1469 gestões que vão começar, para efetivamente as gestões que estão tendo continuidade.
1470 É um desafio fantástico para que nós possamos fazer uma disputa do bem com os
1471 municípios que possam avançar. Parabenizar, Capo, o Ministério por essa iniciativa. Abrir
1472 aqui agora a palavra, Mauren.

1473 **Sra. Mauren Lazzaretti (Presidente da ABEMA- Secretaria de Meio Ambiente de**
1474 **Mato Grosso -Sema)** – Parabenizar o trabalho. Isso mostra o tamanho do nosso desafio,
1475 ainda como nós temos uma dicotomia entre as riquezas que nós temos e a qualidade de
1476 vida da população, que diz respeito aos indicadores básicos de qualidade de vida dos
1477 cidadãos. A gente já se acostuma a ver o cenário a nível de Estados e a nível nacional,
1478 então, para mim, foi até uma surpresa ver isso trabalhado do ponto de vista dos
1479 municípios. O desafio é comum, só reforça o que nós temos definido como uma estratégia
1480 aqui da tripartite, que nós precisamos atuar de forma integrada para procurar resultados
1481 diferentes na ponta. Parabéns pelo trabalho.

1482 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Alguém quer falar?
1483 Capo.

1484 **Sr. Joao Paulo Capobianco (Secretário Executivo do MMA)** – Querido Jorge, muito
1485 bom. Bacana essa... Mostrando realmente que chegamos a um conjunto de informações
1486 extremamente relevantes. O nosso desafio é tornar isso mais em política pública. Acho
1487 que esse é o desafio que nós temos que enfrentar. Uma apresentação aqui para a
1488 tripartite também é nesse sentido. O material está disponível, acessível a todos. Discutir,
1489 aprimorar as suas políticas. Nesse exemplo dado sobre São Paulo, em que houve um
1490 processo de priorização dos municípios para [ininteligível] desigualdade, que tivesse uma
1491 maior participação no Orçamento. Isso é um exemplo muito bacana de como uma
1492 ferramenta dessa..., mas também, nas áreas de ODS mais voltadas à questão ambiental,
1493 como nós temos ali um instrumento que pode realmente colaborar para uma gestão mais
1494 eficiente. Espero que a ABEMA e a ANAMMA possam fazer uso disso. É muito importante
1495 como é que você transforma os comunicadores efetivos que possam te ajudar a melhorar
1496 a governança. Acho que esse é o desafio principal nessa sala que eu tenho dentro do
1497 governo estadual, municipais e o governo federal. Parabéns, Jorge.

1498 **Sr. Jorge Abraão (Instituto Cidades Sustentáveis)** – Posso só...

1499 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Jorge, o Welison
1500 da Paraíba tem uma pergunta.

1501 **Sr. Jorge Abraão (Instituto Cidades Sustentáveis)** – Está bem. Pois não.

1502 **Sr. Welison Silveira (Coordenado Nacional do Fórum CB27 e Secretário do Meio**
1503 **Ambiente de Joao Pessoa/PB)** – Os indicadores... Agora estou. Os indicadores... Você
1504 buscou com base os dados fornecidos pela transparência?

1505 **Sr. Jorge Abraão (Instituto Cidades Sustentáveis)** – Os indicadores?

1506 **Sr. Welison Silveira (Coordenado Nacional do Fórum CB27 e Secretário do Meio**
1507 **Ambiente de Joao Pessoa/PB)** – Não, eu... Eu entendi que... Os indicadores do ODS,
1508 você buscou com base os dados fornecidos pela transparência dos municípios?

1509 **Sr. Jorge Abraão (Instituto Cidades Sustentáveis)** – Sim. Os indicadores têm uma
1510 série de bases, como está naquele slide da metodologia e busca de dados. São dados
1511 públicos todos que nós buscamos e apontamos. Então, o critério era de universalização.
1512 Tínhamos que ter uma comparabilidade das cidades brasileiras para poder fazer do Brasil
1513 esse país que consegue enxergar todas as suas cidades. Então, todos são dados, sim,
1514 dados públicos que estão disponíveis de uma maneira geral nas plataformas. O que
1515 fizemos foi essa integração, essa seleção, eu diria. Juntamos especialistas de todas as
1516 áreas para poder estar juntando e caminhando. E essa crença que temos, efetivamente,
1517 de que esses temas estão superligados, desigualdade, as questões climáticas, as
1518 questões até da participação da sociedade para poder avançar de uma maneira geral.
1519 Eu só fecharia dizendo, na verdade, se vocês me permitem, forte nesse sentido, é só
1520 dizendo que, inclusive, a sequência disso, estamos dialogando com a Secretaria Nacional
1521 de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental, a questão da relação com o programa
1522 Cidades Verdes e Resilientes, da relação com o Índice de Qualidade Ambiental de Vida.
1523 Temos muita coisa pela frente, diria. As análises que estão sendo feitas pela
1524 Universidade de Brasília. E, como disse para vocês, hoje já é possível a gente pegar cada
1525 estado, pegar cada município e tentar pegar esse momento que a gente está vivendo em
1526 um país, que é o momento de uma nova gestão dentro de um ambiente que está
1527 fortalecendo as instituições, a democracia, eu diria, para aproveitar esse momento para

1528 que essa agenda possa ser cada vez mais, ter mais capilaridade. Daí é fundamental,
1529 entendo como fundamental essa reunião da Comissão Tripartite, as entidades que estão
1530 aqui, para que a gente possa difundir. E nós estamos à disposição para isso, através do
1531 Ministério do Ambiente e o Instituto está à disposição de vocês também. Queria
1532 agradecer a possibilidade de participação e dar um grande abraço em todas e todos
1533 vocês.

1534 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Muito obrigado,
1535 Jorge. Muito obrigado, Maurício.

1536 **Sr. Mauricio Guerra (Diretor do Departamento de Meio Ambiente Urbano**
1537 **DMUR/MMA)** – Doutor Marçal?

1538 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Pois não, Maurício.

1539 **Sr. Mauricio Guerra (Diretor do Departamento de Meio Ambiente Urbano**
1540 **DMUR/MMA)** – Eu só queria apresentar aqui um pouco a sequência, o próximo
1541 encaminhamento que a gente está dando em relação ao projeto. Só dois itens. Um em
1542 relação, de fato, ao índice. Estamos analisando a perspectiva de incorporar ele como
1543 elemento do Programa Cidades Verdes Resilientes no que diz respeito ali à constituição
1544 do indicador de priorização das cidades, a partir do que prevê o decreto em relação às
1545 prioridades sobre a atuação em áreas metropolitanas e cidades com alto índice social e
1546 de vulnerabilidade social e de vulnerabilidade climática. Então, esses são os elementos
1547 que a gente está avaliando como fazer exatamente a incorporação e ter um índice público
1548 de ampla difusão e de acompanhamento anual em relação ao programa. O segundo é
1549 que a gente pretende, no próximo ano, ainda no primeiro trimestre, no primeiro
1550 quadrimestre, realizar um encontro na região amazônica exatamente dando o reporte em
1551 relação às boas práticas dos ODS apresentados e também a questão da avaliação dos
1552 impactos urbanos e do desmatamento como fruto também dos resultados do trabalho na
1553 sequência desse... como apresentação dos resultados desse trabalho que vão se
1554 estender até o próximo ano. Está bom? Então, possivelmente, Mauren, a gente vai
1555 conversar com a Taveira, com você, na perspectiva de a gente mobilizar um encontro no
1556 próximo quadrimestre desse próximo ano.

1557 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Beleza, Mauricio.
1558 Vou passar para o Capo.

1559 **Sr. Joao Paulo Capobianco (Secretário Executivo do MMA)** – Mauricio, eu não
1560 entendi a sua fala, mas vocês estão pretendendo dar destaque para os municípios que
1561 mais avançaram na implementação? Porque eu sinto que é uma coisa importante criar
1562 uma, junto com a ABEMA e com a ANAMMA, um movimento de valorização dos gestores
1563 que estão trabalhando nesse processo. Poder lançar mesmo um certo prêmio, sei lá, um
1564 reconhecimento, a ANAMMA, a ABEMA, a MMA, uma função presença para selecionar
1565 esses municípios e fazer, de fato, um reconhecimento, porque nós temos que dar o
1566 reforço positivo para quem está fazendo, no sentido de atrair outro cenário ativo por
1567 região, sobre como os municípios e os estados e o governo federal estão atuando para
1568 melhorar esses indicadores. Acho que seria uma coisa muito positiva para dar visibilidade
1569 para a ferramenta e, ao mesmo tempo, visibilidade principalmente para quem está
1570 avançando.

1571 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Obrigada Capo. O
1572 Prêmio Sebrae Empreendedor, tipo daquele que a gente faz no evento, e os municípios
1573 que avançaram, são premiados, são selecionados pelas suas ações. É uma boa
1574 iniciativa. Pessoal, nós chegamos ao fim da reunião. Mônica? Se ela vai falar. Tem algum
1575 encaminhamento, Mônica?

1576 **Sra. Monica G Morais (Coordenadora Geral/ SISNAMA)** – Bom, a gente teve uma
1577 apresentação da plataforma [ininteligível], só que, devido ao adiantado da hora, a pessoa
1578 que quer fazer a apresentação também não pode ficar. A gente vai transferir para a
1579 próxima. Com relação aos informes do departamento, a gente vai compartilhar com vocês
1580 uma apresentação das principais ações das comissões e partidos estaduais que vêm
1581 sendo monitoradas pelo DESISNAMA. A gente tem um informe com relação ao livro de
1582 atualização dos procedimentos de licenciamento ambiental. A última atualização desse
1583 livro são os procedimentos de licenciamento ambiental dos estados. Ela tinha sido feita
1584 em 2012. E a gente está já com 70% dos estados que responderam. Então, também
1585 vamos compartilhar com a ABEMA essa lista dos estados que estão faltando para vocês
1586 nos apoiarem também, se possível, nesse encontro que vocês vão fazer, mencionar a

1587 importância desse livro. Ele nos permite um olhar geral sobre licenciamento no Brasil. E
1588 ele é uma referência para todo mundo que atua nessa área. Então, a gente precisa desse
1589 livro atualizado. E a gente está investindo bastante no departamento nesse mecanismo,
1590 além do Portal Nacional do Licenciamento Ambiental, que já está também com mais de
1591 90% de integração dos estados no portal. E hoje é isso. Obrigada.

1592 **Sr. Marçal Fortes Cavalcanti (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Então, nós
1593 estamos chegando à reta final. Quero fazer um agradecimento aqui público, de coração,
1594 ao meu prefeito, que está terminando a gestão, Renato Filho, que fez uma excelente
1595 gestão no município de Pilar, minha terra. Nós avançamos muito, reelegemos a nossa
1596 sucessora. Mas dizer que eu estou aqui representando o município de Pilar, nós devemos
1597 ao nosso grupo político, nós não podíamos perder essa oportunidade para fazer um
1598 agradecimento nacional e público ao prefeito Renato Filho, por ter dado condição de o
1599 Pilar presidir a ANAMMA, de o Pilar estar nesses conselhos, todos a nível nacional. E
1600 aqui fazer um agradecimento ao Rafael, de Niterói, um município exemplo no Brasil, ao
1601 Alain de Lagarto, ao Soragem do Rio, à Lílian, ao Antônio Marques, ao Welison, que são
1602 as pessoas da ANAMMA que nos trouxeram para esses fóruns. E agradecer a você,
1603 Capo, Mauren, agradeço a ministra Marina, ao DESISNAMA, a todos os companheiros,
1604 que nós estamos firmes, vamos continuar na luta na defesa do meio ambiente e no
1605 fortalecimento do SISNAMA. A todos vocês, um forte abraço.